

BRASIL MULHER

ANO I Nº 2 - 1976

1976

Nº 2-

Foto Chico de Rezende

A SEQUÊNCIA
DA DISCUSSÃO
SOBRE O
CONTROLE
DA NATALIDADE,
JÁ ABORDADO
NO Nº 1
COM O TÍTULO
"PÍLULAS,
ORA PÍLULAS",
CONTINUARÁ
NO PRÓXIMO
NÚMERO DO B.M.

O Movimento, das mulheres, foi proibido

(pág. 8 e 9)

B.M. se
explica:
revelações de
um diário
de bordo
(Pág. 10 e 11)

Leilah:
"Escrevi Fala
Baixo numa noite"
(pág. 15)

Mulher
domesticada
pela leis
brasileiras

(pág. 7)

Preço
do exemplar
Cr\$ 5,00

BRASIL MULHER

O Brasil está pouco a pouco, timidamente, entrando para o grupo dos países onde o feminismo - Movimento de Libertação da Mulher - se afirma e se organiza. A nossa atual circunstância e o nosso estágio de compreensão com relação ao feminismo, exige que compreendendo a opressão, a partir de suas próprias relações com a sociedade, e motivadas para levar esta compreensão a outras mulheres, a mulher brasileira o faça sem temores, questionando para esclarecer que ser feminista é ser participante: é ir além das simples obrigações e direitos de cidadã conformada com alguns favores legais. É entender que a cadeia sem quebra de elos que há séculos oprime a mulher dos pés à cabeça poderá ser quebrada. É sobretudo não negar que a opressão existe ainda que contribua para sua atenuação os bens materiais, um status garantido na sociedade e até mesmo uma profissão liberal.

Cada mulher que se recuse à compreender e aceitar a verdade é uma inimiga de todas as mulheres que fazem dupla jornada de trabalho, que trabalham com os filhos pendurados nas cadeiras, que sofrem discriminação salarial, que recebem "cantada" a que muitas vezes são obrigadas aceitar diante da insegurança de perder o ganho para sua sobrevivência.

E é preciso que partamos sabendo que poucas de nós estão preparadas, que é preciso aprender muito estudando e discutindo, com mulheres e homens, para destruir com nossa ação os condicionamentos e as estruturas que se formaram à nossa volta como muros de pedra.

Os crimes contra as mulheres, e outros setores marginalizados da sociedade, são cometidos diariamente em pai-

ses desenvolvidos ou não. Se tivermos em mãos a estatística geral de todos os marginalizados veremos que essas "minorias" não são minorias e sim a maioria. Portanto, a verdadeira minoria, aquela que nos submete a situações desumanas, tem muito a ganhar com nossa marginalização. Os movimentos de Libertação da Mulher existem para unir as mulheres e fazê-las participantes. Eles existem para alargar os estreitos limites das leis atuais forçando o Estado constituído de forma masculina (editorial nº 0) a ouvir a mulher se disponha, ou não.

Para as mulheres brasileiras tornarem-se feministas não é tarefa fácil, principalmente porque não temos tido uma experiência de vida aberta e democrática o que dificulta, mas não torna impossível, a participação da mulher na discussão de seus problemas. Torna-se difícil, também, porque não vive-se numa determinada sociedade sem assimilar, mesmo que inconscientemente, as suas formas, principalmente quando essa mesma sociedade cuida para que sejamos reflexos exatos de si mesma.

Temos constatado na curta caminhada do Brasil Mulher, de outubro do ano de 1975 até maio de 76, não apenas passividade na mulher brasileira como também convivência com a opressão. Apenas uma minoria está preparada ou relativamente preparada, atualmente, para exigir os direitos decretados na Carta das Nações Unidas. Continuaremos assim, anti-democráticas com todos, conosco e com nossas filhas, ou vamos nos unir e realizarmos a experiência democrática que é o Movimento de Libertação da Mulher? A cada mulher cabe responder. O Brasil Mulher, por seu lado, continuará questionando.

CARTAS

Aos leitores Ivan Maurício de Recife; Maria Helena Gomes de Almeida, Rio de Janeiro, Maria Diva de Faria, de São Paulo: as solicitações de assinaturas sairão na próxima edição do BM, enviaremos pelo correio o endereço do correspondente distribuidor em cada Estado.

"Conheci BM em Paris. Agora estou em São Paulo e gostaria de fazer uma assinatura. Maria Bononi - São Paulo, SP.

"Grato pelo BM. Ádua é a caminhada da libertação. Trata-se de profunda tarefa de amor".

Dom Angélico- Região Episcopal Leste 2 - Arquidiocese de São Paulo.

"Parabéns pelo alto nível nas reportagens "Maria Salário Mínimo", Domitília de Chungara" e "Pílulas". O exemplar está circulando com muito sucesso. Não percam nunca a coragem e pensem sempre que as grandes causas só vencemos com muita luta".

D.L., Paris- França. "Gostei muito da seriedade desse jornal e a maneira que aborda a problemática do papel da mulher do mundo atual.

Sou recifense e vivo há três anos fora do Brasil". Gostaria de saber como fazer a assinatura do BM?

T.Z., Ottawa - Canadá. "Por achar a questão feminina um assunto que me afeta em todos os sentidos, me empenho em poder fazer alguma coisa que poderia ser expresso como um benefício para a emancipação da mulher (não esta emancipação da mulher entrar num bar e tomar um cafézinho)".

Carlos Rocha, Belo Horizonte - MG

BM agradece o envio dos números 2 e 3 do jornal mineiro DE FATO.

Lançado no início de 76, o jornal "pretende ser um jornal aberto à participação de seus leitores".

Destacamos alguns trechos da matéria TODO DIA ELA FAZ TUDO SEMPRE IGUAL que nos pareceu muito fiel a condição das empregadas domésticas.

...No dia das reuniões dela dizia para as amigas: "Esta aqui é menina que eu crio, ela é mesmo que filha"...E esta mulher prometeu lote e uma porção de coisas prá minha família. Essas coisas que mulher rica tem.

O BM se reserva o direito de resumir e selecionar as cartas enviadas para a redação, e também não fornece endereços de leitores.

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Edezina de Lima Oliveira
Ethel V.
Joana Lopes
Lais Oreb
Lila Figueiredo
Marina D'Andréa
Rosane de Lourdes Silva

Rose Mary Souza Serra
Therézinha Godoy Zerbini
DIRETORA RESPONSÁVEL
Lais Oreb
EDITORA
Joana Lopes
EQUIPE DE REDAÇÃO

Branca Therézinha Ferrari
Elizabeth Lorenzotti
Giulia Di Vizia
Marina D'Andréa
Setsuko Hanazaki
Vassiliki Constantinidon
COLABORADORAS
Beatriz do Valle Bargieri
Magaly Abdo

Serviços de arte, composição e impressão **Editora Tibagi Ltda.**
Avenida Tiradentes, 1.280 - Fone: 23-1230 Londrina - Paraná

Rosane de Lourdes Silva
Therézinha Zerbini
Clementina de Lourdes Teixeira Martins
Amelinha de Almeida Teles
Maria Masue Hanazaki
Marcelo de Hollanda
Maria de Lourdes Leite

Regina Toledo
ILUSTRAÇÃO
Lila Figueiredo
FOTOGRAFIA
Chico de Rezende
CARTAZES E PUBLICIDADE
José Roberto D'Andréa
Manoel Motta da Silva
Correspondente -
Paris, Linda Bulik

Esta publicação é de propriedade da Sociedade Brasil Mulher. Av. Inglaterra 655 - Caixa Postal 1411 Londrina PR Tiragem 5.000 exemplares.

A reprodução do material contido em Brasil Mulher é permitido segundo autorização do Conselho Editorial.



Anistia não é perdão: é um direito

“Tiradentes condenado e executado por ter lutado pela liberdade de sua pátria é hoje um herói do Brasil”.

O que é a Anistia? Qual a sua utilidade, suas implicações na vida do país e dos cidadãos brasileiros? Quem a concede? Quando foi aplicada? Brasil Mulher entrevistou advogados, sociólogos e historiadores procurando responder a estas questões e dar uma visão geral da importância da Anistia, ampla e irrestrita a todos aqueles que foram cassados, exilados, ou estão presos.

“Não se trata de perdão, mas de esquecimento”

Idibal Pivetta, advogado, define a Anistia como esquecimento geral dos fatos delituosos atribuídos a uma pessoa, frisando não se tratar, portanto, de perdão.

A Anistia ocorre quando se dá por não verificados fatos delituosos ou catalogados como tal e por inexistente a culpa atribuída a tais fatos. Não é como no caso do Indulto, um perdão em si. É um esquecimento total e completo dos fatos e ações que são apagados e, em consequência, não constam mais da vida de quem é atingido pela anistia.

“A anistia, geralmente, é dada em função de uma conciliação política, de uma tentativa de se encontrar um caminho de paz. Às vezes, acontece devido à mudança de sistemas políticos ou regimes; às vezes, para comemorar certas datas históricas ou em função da conduta dos elementos que teriam praticado os atos tidos como delituosos, no caso, os crimes políticos. Porém, crime político é uma coisa muito vaga. Nenhum grande criminalista o definiu ainda. Como diz Carrara, a pessoa hoje condenada por um crime político, amanhã poderá ser transformada num herói nacional. É o caso de Tiradentes, condenado e executado por ter lutado pela liberdade de sua pátria, que hoje é um herói do Brasil”.

“A anistia, em termos jurídicos amplos, ao alcance de todos, é apagar tudo aquilo que é atribuído a uma pessoa, que praticou determinados atos em defesa de seus ideais. Através de uma lei, se concede anistia para todos os que praticaram tais atos, que são apagados de seu prontuário, voltando a pessoa novamente a ser um cidadão em pleno gozo de seus direitos e apta a tomar todas as atitudes em defesa de seus ideais”.

“É preciso destacar bem que anistia não é indulto. Indulto é um ato de misericórdia, de perdão, a critério apenas do alto magistrado da nação, é um ato de benemerência. Anistia, porém, é um ato de conhecimento, praticado com consciência, pelo qual os fatos ditos criminosos ou praticados pela pessoa em defesa de seus ideais e não em busca de interesses pessoais, mas do bem coletivo, no entender daquela pessoa, são relevados e esquecidos por quem está, naquele dado momento, no poder”.

“Anistia é um problema de luta, de direito, de justiça, de necessidade”

“A questão da Anistia é uma questão muitas vezes de inteligência e ao mesmo tempo uma questão de pressão”, diz Edgar Carone, historiador situando o problema no contexto histórico brasileiro. “O Estado Novo, diz ele, foi um Estado ditatorial, imposto ao Brasil em 1937.

Em 1938, o Estado Novo exilou várias personalidades políticas como Armando Sales de

Oliveira, Julio de Mesquita Filho, Paulo Duarte e outros. Ao lado dos representantes das classes dominantes, de pessoas ligadas ao governo até 1937, encontravam-se no exílio, por causa da revolta de 1935, muitos líderes operários, líderes da Aliança Nacional Libertadora, líderes comunistas. Pela primeira vez na história do Brasil, um governo central adotava o método de pôr para fora do país os seus opositores. Ele não perdoava seus inimigos, excluindo-os pela prisão ou pelo exílio”.

“A segunda guerra, porém, levou esse governo a reformular em certo sentido sua posição; levou-o a tentar uma colaboração mais ampla para o esforço de guerra. De outro lado, a luta contra o nazismo fez com que as pessoas se esforçassem para levar o Brasil a se alinhar ao lado dos EUA, da Inglaterra e Rússia contra a Alemanha, a Itália, o Japão. Assim, a existência de uma pressão externa, a guerra, aliada a uma necessidade interna, esforço de união nacional, fez com que houvesse uma concentração, muitas vezes não desejada, porque o governo Getúlio Vargas ainda não aceitava a colaboração de pessoas com tendências diversas, isto é, os democratas e os comunistas. Diante dos acontecimentos do momento, porém, o governo, é obrigado a aceitá-la porque os democratas defendiam os ideais dos EUA e os comunistas, os da Rússia que estava sendo esmagada e invadida pela Alemanha nazista”.

“A guerra, pois, foi o fator que levou o governo a aceitar a colaboração mais ampla, embora excluindo ainda os considerados inimigos que permaneciam no exterior ou nas prisões. Entre 1942 e 1944, os fatos vão obrigando o governo a recuar cada vez mais neste sentido. Ele não só estava perdendo boa parte de seus colaboradores, que deixavam de apoiá-lo, como também, os elementos que estavam excluídos, através de sua ação de união nacional, forçando o governo a aceitar sua colaboração, imprescindível naquele momento. Mas, a colaboração desses grupos significava que o governo teria de ceder em alguma coisa. Ceder em quê? Perdoar as pessoas excluídas do sistema político, quer dizer, dar a elas o direito de participação e, assim, anistiá-las”.

“O Movimento pela Anistia começa no momento em que o governo ditatorial de Getúlio Vargas ainda tem força: em 1942, 1943, 1944. Este movimento não toma extensão porque há uma série de problemas mais prementes, mas ele é debatido, levantado, exigido em todos os momentos em que é necessário se levantar a questão. Quando em fevereiro de 1945, o governo é obrigado a fazer uma abertura democrática, com o ato adicional nº 9, isto é, quando restitue a liberdade de imprensa e permite e marca a futura eleição, que saíria em 3 de dezembro de 1945, o movimento pela anistia cresce e toma proporções incalculáveis. Pela primeira vez na História do Brasil a anistia passou de um tema restrito a um tema de massa. Todas as camadas da população, desde as classes mais ricas, ligadas à indústria, comércio e agricultura, até as camadas mais pobres do operariado se organizaram de uma maneira consciente; formaram uma frente comum que resultou no que foi denominado “a Campanha pela Anistia”. Esta campanha, naquele momento, março-abril de 1945, teve seu ponto alto na Semana da Anistia. Nesta semana, organizada por pessoas de todas as camadas da população e de todas as tendências, fizeram-se comícios em todo o Brasil exigindo o retorno dos exilados e a libertação dos presos políticos. Em abril, o governo é levado a ceder e surge o decreto sobre a Anistia”.

“Dessa maneira, o problema da anistia é um problema de Justiça porque, se nas épocas radicais o grupo vencedor é obrigado a tomar

medidas drásticas, na época em que essa radicalização deixa de ter sentido é justo que o problema da anistia surja como necessidade e não como um favor. Quem entendeu isso muito bem foi o Duque de Caxias que, apesar de ter vencido todas as rebeliões de seu tempo, concedeu imediatamente a anistia aos vencidos, porque o problema não é vencer, é compreender e superar os problemas ou as questões”.

“A anistia nos dias de hoje é fundamental, apesar de certos grupos mais duros serem contra ela. Existem atualmente, fora do país, ou na Europa, ou nas Américas, milhares de pessoas que não dispõem de condições de vida e que foram obrigadas a fugir ou por medo, ou por outra razão qualquer. Estas pessoas devem ter os mesmos direitos dos que estão no Brasil. A anistia, hoje, significaria, então, um direito e não um favor. Direito porque todos os brasileiros, e a própria Constituição o diz, são iguais. Não é justo que um castigo baseado em pressão seja de que tipo for, seja imposta como lei. A anistia é portanto, como o foi em 1945, um problema de luta, de direito, de justiça e de necessidade”.

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA

BRASIL MULHER: Qual sua visão no quadro político nacional para a Campanha da Anistia? Qual a perspectiva?

THEREZINHA GODOY ZERBINE: A nossa perspectiva é a mais promissora porque sabemos perfeitamente que a ANISTIA é uma questão fundamental dentro de qualquer projeto consequente de abertura democrática. O objetivo da Campanha Pela ANISTIA é trabalhar pela volta do Estado de Direito. Nós sabemos, também que a luta pela ANISTIA não é luta somente de mulheres e sim uma luta de todo o povo brasileiro.

BM: Quais as entidades que já se manifestaram a favor do Movimento Feminino Pela Anistia?

TGZ: Destacamos as seguintes: a moção de apoio e solidariedade dada pela Câmara Municipal de Campos de Jordão, moção esta aprovada por unanimidade tanto pela Arena como pelo MDB. Essa moção é fato pioneiro e único em todo o país.

O segundo apoio foi da CNBB - Conselho Nacional dos Bispos do Brasil, através do padre Hilário Mazarollo. O terceiro apoio veio em resposta de uma solicitação nossa à ABI - Associação Brasileira de Imprensa.

Pedimos também a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo apoio e solidariedade ao MFPA, fundamentando nosso pedido em que, sendo a ANISTIA um Instituto do Direito e já fazendo parte do histórico do Direito de nossa terra; nos dirigíamos, sem constrangimento, a OAB.

Acrescento ainda que no dia 30 de abril, o MFPA foi convidado a participar da “Semana de Lutas Democráticas” organizada pelo estudantes da Universidade de São Paulo. Nessa ocasião, o MFPA colocou a posição de colaborar para o restabelecimento da concórdia através da ANISTIA. Nossa posição foi de encontro aos anseios da juventude universitária e eles deliberaram apoiar a incrementação da coleta de assinatura ao Manifesto da Mulher Brasileira pela Anistia.

BM: O MFPA tem algum pedido específico a fazer?

TGZ: Sim. Que as pessoas continuem a pedir assinaturas em apoio ao nosso manifesto. Pretendemos voltar novamente à Brasília, nos primeiros dias de agosto com essas assinaturas e reiterar os pedidos já feitos às lideranças do Senado, da Câmara e a Presidência da República.

O decreto-lei concedendo ANISTIA, abaixo transcrito, teve grande importância por ter sido uma conquista do povo brasileiro, que exerceu pressão para que o presidente Getúlio Vargas outorgasse a ANISTIA, uma vez que o Congresso havia sido fechado.

A partir de 1946 todas as leis passaram a ser elaboradas pelo Congresso e sancionadas ou não pelo presidente da República.

A partir de 1964, novamente a outorga da ANISTIA, cabe tão somente ao presidente da República, não sendo mais de competência do Congresso Nacional a elaboração de projeto de lei visando a liberdade dos presos políticos, a volta dos exilados e a possibilidade de participação política aos cassados e aposentados por força dos atos de exceção.

DECRETO-LEI DE 18 DE ABRIL DE 1945 CONCEDENDO ANISTIA TOTAL AOS EXILADOS E PRESOS POLÍTICOS DO BRASIL:

Art. 1º - É concedida anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação deste Decreto-lei.

§ 1º - Não se compreendem nesta anistia os crimes comuns não conexos com os políticos, nem os praticados, em tempo de guerra, contra a segurança do Estado e definidos no Decreto-Lei nº 4.766 de 1 de outubro de 1942.

§ 2º - Consideram-se conexos para os efeitos deste artigo os crimes comuns praticados com fins políticos e que tenham sido julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Art. 2º - A reversão dos militares, beneficiados por esta lei, aos seus postos, ficará dependente de parecer de uma ou mais comissões militares, de nomeação do Presidente da República.

Art. 3º - Os funcionários civis poderão ser aproveitados nos mesmos cargos semelhantes, à medida que ocorrerem vagas e mediante revisão oportuna de cada caso, procedida por uma ou mais comissões especiais de nomeação da Presidente República.

Art. 4º - Em nenhuma hipótese terão os beneficiados por este decreto-lei direito aos vencimentos atrasados ou suas diferenças, e bem assim a qualquer indenização.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

No dia 10 de abril de 1976, antes da apresentação do Quinteto Violado, que encerrava a semana HOMEM E TERRA, promovida por várias entidades estudantis, no TUCA, foi lida a seguinte nota:

Os familiares dos Presos Políticos do Presídio da Justiça Militar Federal de S. Paulo (Barro Branco) foram impedidos de visitar seus parentes, nesse dia, como punição, pelo fato dos presos terem enviado cartas a seus advogados onde relatavam:

1. a proibição da entrada de livros, textos, e outras publicações sobre filosofia, política, sociologia, história, mesmo que à venda em livrarias em todo território nacional, desde que a Direção do Presídio julgue conveniente.

2. o recebimento de cartas anônimas, ameaçadoras, trazendo a assinatura "A REPRESSÃO", em represália à Representação que os mesmos enviaram ao Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, onde denunciavam as violências e arbitrariedades a que foram submetidos nos órgãos de investigação, bem como nas prisões por que passaram.

Além de serem impedidos de receberem seus familiares, as cartas que enviavam aos seus advogados foram apreendidas, e com isto demonstrou-se que ficaram privados do direito que tem de se comunicarem com seus advogados e de se defenderem das possíveis arbitrariedades a que sempre estiveram sujeitos.

REI MOMO DESPEDIU—SE

No último dia 1º de maio, dia do trabalhador, o "Teatro Popular União e Olho Vivo" encerrou, com a 368ª apresentação, a carreira de sua peça "Rei Momo".

Nos seus quatro anos de vida, o Teatro Popular, dentro de uma prática constante de "troca de experiências" com as comunidades da periferia, procurou encontrar um caminho para o desenvolvimento de uma consciência crítica o que realizou dentro do espírito das necessidades da comunidade operária e na medida de sua solicitação.

Ao mesmo tempo, o trabalho do Teatro Popular se estendeu através da organização de cursos e conferências sobre a emancipação do homem, oferecendo sua solidariedade a todos os que, de uma forma ou de outra, são atingidos pela opressão. Encerrada esta etapa, o Teatro Popular pretende, enriquecido pela experiência colhida seguir como instrumento na busca coletiva do teatro, sendo "o operário, suas lutas e aspirações" o tema do próximo espetáculo.



IMPrensa LIVRE

Sem liberdade de imprensa, as outras liberdades não funcionam. Mas sem liberdades plenas, não pode haver liberdade de pensamento ou de informação. Palavras pronunciadas por Prudente de Moraes Neto, presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), no almoço comemorativo ao 68º aniversário da entidade no Rio de Janeiro.

CARDEAL NÃO ESCREVA...

Cardeal, não escreva isso. Corte aquilo. — "Mas como, se nem o Papa me censura"? Inconformado, o cardeal D. Paulo Evaristo Arns lamenta a censura dos homens, pois há quase seis anos os censores comparecem religiosamente à gráfica do seminário "O São Paulo", órgão oficial da maior arquidiocese do mundo. Ainda segundo informações publicadas no órgão oficial da Associação Brasileira de Imprensa (ABI-Abril 1976), "até os Salmos de David já foram proibidos de substituir as matérias censuradas.

MAIS UM ACIDENTE FATAL

Faleceu no mês de abril a modista mineira Zuzu Angel, vítima de um violento acidente de automóvel. Tanto sua irmã quanto sua secretária asseguraram que a modista era uma mulher calma, que dirigia com muita prudência.

Zuleika Angel casou-se em 1946 com Norman Angel Jones e era mãe de Stuart Angel, que morreu em 1971, com 24 anos, em circunstâncias que não foram esclarecidas. O historiador Hélio Silva reproduz em seu livro "Os Governos Militares, o que seria um testemunho da morte de Stuart, que teria sucumbido enquanto preso por motivos políticos (pg 132, e seguintes).

Zuleika Angel jamais deixou de protestar pela morte do filho, cujo cadáver não lhe foi entregue. Levou documentação sobre os fatos e personalidades do Brasil e dos Estados Unidos, onde tem parentes. Dizem também que levava no portamalas do carro constantemente inúmeros exemplares de "Os Governos Militares". — a cada dossie corresponderia um exemplar, sempre com a mesma dedicatória. Esse inconformismo lhe teria valido problemas aqui e também nos Estados Unidos, onde teria sido avisada que estava sendo rigorosamente vigiada pela FBI ou pela CIA.

Aos amigos do Brasil Zuzu teria contado, várias vezes, estar recebendo ameaças de morte. Ao receber mais um desses telefonemas ela havia decidido não sair de casa. Mas saiu. (Folha de S. Paulo).

PRISÃO CAUTELAR

AOAB—SP, Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo, considerou "Inconstitucional e absurda" a idéia da instituição da prisão cautelar, sugerida pelos secretários de Segurança Pública, em encontro realizado em Brasília. O conselheiro Raimundo Pascoal Barbosa afirmou que "desgraçadamente, os responsáveis pela segurança, depois de confessarem a existência de prisões ilegais, sugerem para acabar com tais arbitrariedades, o que chamaram "prisão cautelar", ou seja, que se confira às autoridades policiais o direito de decretarem a prisão de qualquer cidadão, desde que achem tal medida necessária à apuração de infrações à Lei Penal." Pascoal Barbosa entende que seria verdadeiro retrocesso, nesta fase da história do Brasil admitir-se a possibilidade de qualquer cidadão ser preso sem a interferência do Judiciário. "O Estado de S. Paulo"

OS ESTUDANTES E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Intensificação das mobilizações estudantis durante o ano de 75 em todo o país, e principalmente as manifestações de repúdio pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog, tornaram mais clara a possibilidade de unificação das lutas estudantis em torno da bandeira das liberdades democráticas. Assim, desde o início deste ano há um intenso debate, dentro do movimento estudantil, a respeito do papel dessa bandeira de luta.

Inicialmente, foi proposto que se deveria entrar forças para pressionar o MDB a instalar uma CPI sobre Direitos Humanos na atual legislatura. No entanto, após consultas entre os estudantes, a nível nacional-debates esses que demonstraram uma intensa vitalidade—chegou-se à proposta, no início de abril, em reunião realizada na USP, de serem realizadas Semanas de luta por liberdades democráticas. Essas semanas, com um programa bem amplo, no qual constavam luta contra o AI-5, Decreto-lei 477, prisões, torturas e assassinatos políticos e pela anistia a todos os presos e exilados políticos, enfim pela mais ampla liberdade de organização, manifestação e expressão, deveriam ter uma amplitude nacional, com realização simultânea em vários pontos do País, mas com autonomia e flexibilidade.

Esse foi o caso da Semana de Lutas por liberdades democráticas realizada na USP, na última semana de maio, onde juntamente com parlamentares e artistas foram debatidas as recentes cassações, censura, repressão, além dos problemas mais diretamente ligados à realidade estudantil. No bojo de todo esse processo ficou reforçada a idéia de que qualquer movimentação, deve ser organizada por entidades estudantis livres e independentes.

Assim, destacam-se experiências significativas como a organização do Conselho Estadual de Diretórios Acadêmicos—CEDE—no Rio Grande do Sul, a Comissão do Grande Rio, que congrega em torno de 30 entidades estudantis daquele estado, e que brevemente deverá lançar um jornal sobre direitos humanos. A experiência mais importante parece ser a reorganização do Diretório Central dos Estudantes—DCE livre da USP, com eleições marcadas para 11 e 12 de maio. Cabe ressaltar ainda, que se planeja desenvolver intenso debate sobre a posição do movimento estudantil com relação às eleições de novembro próximo.

Os Fatos Estão Aí

Pânico entre os imortais

A Academia Brasileira de Letras discute novamente um dos seus temas mais controversos - a entrada de mulheres - que vem dividindo os imortais desde os primeiros tempos. A proposta foi apresentada à Academia pelo escritor Oswaldo Orico no dia 30 de abril e representa a terceira tentativa do acadêmico nos últimos trinta anos. Segundo ele, as propostas anteriores "perderam-se nos descaminhos burocráticos da Academia.

O presidente da ABL, Austregesilo de Athaide, é dos que combatem com mais intransigência a entrada de escritoras na Academia, por considerar que a presença feminina em Academias de Letras no Brasil "fora desastrosa" - e citou como exemplo as "futricas" da escritora Edwiges Sá Pereira primeira brasileira a entrar para uma Academia, que provocaram a entrada de um cronista social para a Academia Pernambucana de Letras.

Barbosa Lima Sobrinho é outro IMORTAL que tem parecer firmado sobre o problema. Considera perigosa a apresentação de candidaturas femininas, por serem "homens velhos" os 40 membros da Academia. Para refrescar a memória, Barbosa Lima, intelectual de tradição liberal foi candidato à vice-presidência da República pelo MDB, junto com Ulisses Guimarães, nas últimas eleições indiretas.

(O ESTADO de S. Paulo)

Embora realizado a 7 de março de 1976, não podemos aqui deixar de dar destaque ao Tribunal Internacional de Crimes contra a Mulher, realizado em Bruxelas Na ocasião, a palavra foi dada a quem a quisesse usar. O que se ouviu foram denúncias de crimes de opressão a exploração cometidos pelos homens tanto pelos que convivem com as mulheres no seu cotidiano ou seja, namorados, amigos, maridos, os médicos, jurados, comerciantes, patrões, como pelos que detêm o poder e governam. Ditam eles leis injustas, fazem-nas cumprir exigem punem, condenam à prisão e em último caso à morte.

Ana Buompadre, psicóloga mexicana, fez uma proposta concreta: Que a mulher exija, através de uma campanha internacional, a faculdade de exercer o direito de propriedade sobre o seu próprio corpo, de modo que não tenha de pedir autorização a nenhuma instância para decidir o que fará em caso de gravidez, ficando à sua inteira disposição o direito de a levar a termo ou de a interromper.

Se obtivermos qualquer coisa deste tipo - e vamos obtê-la se unirmos numa luta autêntica, pelos nossos direitos - poder-se-á impedir que a mulher seja manipulada por campanhas governamentais dirigidas pelos homens

que as transformam em objetos passivos, da sua capacidade criadora. Não há muito tempo, foi a política do Governo nazista que decretou que a mulher devia ter todas as crianças que pudesse para fornecer soldados ao Estado. Hoje, nos países ocidentais, pede-se às mulheres que modorem ao máximo a sua capacidade de procriar. Num caso ou no outro, não é portanto ela que decide.

Simone de Beauvoir publicou, no nº 590 do Nouvel Observateur, uma apresentação do Tribunal de Bruxelas, da qual transcrevemos alguns trechos:

(...) Não é por acaso que este tribunal tem lugar após o encerramento do irrisório ano da mulher, organizado pela sociedade masculina, para mistificar as mulheres. As feministas reunidas em Bruxelas, contrariamente ao que se passou no México, entendem ser elas próprias a tomar nas mãos o seu destino. Enquanto mulheres que vão se exprimir, e não - como naquele caso - enquanto mandadas por nações, grupos políticos ou econômicos. De fato, quaisquer que sejam os regimes, as leis, o ambiente social, todas as mulheres suportam uma opressão específica. Encontram-se em Bruxelas para a denunciar. É com razão que a declaram criminosas. Efetivamente sob forma institucionalizadas ou não, conduzem a verdadeiros atentados contra a pessoa humana.

Para conduzir esta luta, as mulheres, já, há muito tempo, que se agruparam em numerosos países. Mas, separadas pelas distâncias, esses grupos ignoram-se mais ou menos. Pela primeira vez, reunidas no Tribunal, tomarão consciência do fundo comum da opressão que é subjacente à diversidade de seus problemas. Elas elaboram táticas de defesa, a primeira das quais se dispõem a por em prática: FALAR. FALAR e por a nu as escandalosas verdades que metade da humanidade se esforça por dissimular.

Em si mesmo, o Tribunal de Bruxelas é um ato. Pela solidariedade internacional que vai criar entre as mulheres, anuncia muitas outras. E pela amplitude que dará ao processo de descolonização da mulher, penso que é preciso considerá-lo como um grande acontecimento histórico.

(Mulher Modas e Bordaço-Lisboa)

O que a mulher faz na publicidade ou a publicidade faz da mulher

A mulher está comprovadamente presente em quase todos os anúncios publicitários, incluindo revistas, jornais, TV e cartazes. A imagem que dela se oferece, porém, não corresponde à crescente importância feminina em todos os setores, desde a participação no trabalho produtivo até as tarefas domésticas e de educação dos filhos.

Esta foi a conclusão a que chegou recentemente o professor



Rubens da Costa Santos, da Faculdade de Economia e Administração da USP após análise e estudo de 620 anúncios, publicados em cinco grandes revistas de circulação nacional.

Aqui, o resultado da pesquisa, em dados mais concretos:

Dos anúncios analisados, 10% tratavam a mulher como objeto sexual; em 30%, dos casos, a mulher participou da mensagem como elemento decorativo do produto, enquanto 20%, destacaram a mulher como a dona de casa e mãe; finalmente apenas 10% dos anúncios mostraram a mulher desempenhando uma função profissional. (Jornal da Tarde).

Porque os maridos batem nas mulheres?

A juíza americana Stewart Oneglia, especialista no assunto, deu uma entrevista à revista Manchete, que publica também, a opinião do teatrólogo Nelson Rodrigues, nada surpreso com os dados divulgados pelos americanos. - "Antes do resultado da pesquisa americana e 40 anos antes do Paraíso as mulheres já gostavam de apanhar. Nem todas, porém, só as normais. As neuróticas reagem. O homem brasileiro não gosta de bater, daí os fracassos de tantos casamentos no nosso país". Conclui-se que o teatrólogo brasileiro está mal informado.

Boal, um caso sui-generis

O teatrólogo Augusto Boal, há longo tempo em Buenos Aires, teve negada a revalidação de seu passaporte pelas autoridades brasileiras. O chanceler Azeredo da Silveira, ministro das Relações Exteriores, justificou a medida alegando que Boal teria cometido, no exterior, crimes contra a segurança nacional.

No ofício enviado ao Tribunal Federal de recursos, o ministro enumera uma série de notícias divulgadas pela imprensa argentina que, a seu ver, comprovam ter Augusto Boal cometido crime contra a Lei de Segurança Nacional, através de pregação contra o governo brasileiro naquele país. (O Estado de S. Paulo).

Segundo o advogado de Boal, Idbal Almeida Piveta, tais recortes, porém, eram críticas sobre

livros e peças do teatrólogo, publicados e assinados por jornalistas argentinos, como ficou provado - afirma - no Tribunal Federal de Recursos, junto ao qual Boal impetrou mandado de segurança contra a medida que o atingiu.

O caso do Boal é sui-generis, afirma Idbal Piveta. Não se pode encarar como um caso comum. Processado em 1970 na 2ª Auditoria, foi absolvido. Depois esse processo, de nº 35/70 foi julgado novamente, por força da lei, no Superior Tribunal Militar onde foi absolvido por unanimidade. Contra Boal, portanto, não há nenhum processo pendente, um das alegações dadas pelo chanceler Silveira - a principal - para não lhe dar o passaporte. O que restou, então, como "indício", foi um punhado de recortes de jornais argentinos, que, de acordo com o que já decidiram dois ministros do Tribunal Federal de Recursos, foram considerados sem valor.

Operários depõem no Dops gaúcho

Os Associados do Sindicato dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Urbanos de Passageiros foram chamados ao DOPS antes da realização de assembléia que discutiria a proposta salarial dos empregadores. Este fato foi confirmado na Assembléia Legislativa gaúcha pelo vice-líder da bancada da ARENA Guido Moesch, (6/5/76).

A denúncia havia sido feita pelo deputado Pedro Simon, presidente regional do MDB, que acrescentou: "No Brasil, temos um sistema original: a classe patronal tem o mais absoluto direito de defender seus interesses, os sindicatos dos trabalhadores, não".

Mal crônico: fome e desnutrição

- O deputado Celso Barros do MDB - Piauí, denunciou na Câmara "a carência de alimentos no Nordeste, que vai se agravando a cada dia, de tal modo, que a

maior parte de sua população não apenas se alimenta mal, mas passa duras privações chegando mesmo ao estado deplorável de inanição". O deputado disse ainda que no Piauí "chegam diariamente aos hospitais mal apartelhados do Estado, pessoas sofrendo do mal crônico que ali se propaga: "a fome". O parlamentar concluiu afirmando que no Brasil, 77 milhões de pessoas - mais de 70% da população - vivem à margem dos padrões mínimos e humanamente admissíveis de alimentação. (O Estado de S. Paulo).

- Pesquisas e estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas junto às populações dos conjuntos habitacionais do Rio de Janeiro, e pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, nos Estados de Minas Gerais Espírito Santo Rio de Janeiro e outros, mostraram um quadro triste do nível de alimentação da população brasileira. O padrão de consumo alimentar das populações urbana e rural do Brasil é insuficiente e inadequado em qualidade e quantidade. Grande parcela da população ingere menos de 1.500 calorias em alimentos por dia, quando o mínimo necessário seria de 3 mil calorias. Os fatores que limitam a melhor alimentação são o baixo nível da renda e o pequeno número de pessoas economicamente inativas nas famílias. Os técnicos reconhecem ainda que o PIB não beneficiou a população no que se refere à melhor alimentação e destacam que a desnutrição, atualmente, manifesta-se com a mesma intensidade nos grandes centros urbanos como nas zonas rurais. (O Estado de S. Paulo).

Só em S. Paulo 1.800 mortes

Em janeiro deste ano a mortalidade infantil em S. Paulo atingiu seu record dos últimos tempos: 1800 crianças morreram antes de completar um ano de vida, o que dá um coeficiente de 104,35 mortes em cada mil nascidos vivos. As causas apontadas como determinantes de tal elevação foram a queda do valor real do salário mínimo, a falta de saneamento básico somada às enchentes que atingiram vários bairros da cidade e as precárias condições nutricionais em que vive grande parte da população. (O Estado de S. Paulo).

Direito Civil: quem decide é o homem

“Acredito que, numa sociedade conjugal, não há necessidade de que seja ela dirigida por uma só pessoa”.

Ao que tudo indica, “a mulher brasileira está em primeiro lugar” apenas na música de Benito de Paula. Pelo menos foi o que ficou demonstrado no “Diagnóstico da Mulher”, que se realizou na Câmara Municipal de São Paulo, 6 ano passado, onde foram analisados os problemas femininos das mulheres brasileiras.

Marly Cardone, advogada e professora da Universidade de São Paulo, Relatora do tema “A Mulher e o Direito” explica:

“Diz a nossa Constituição, no artigo 153: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo... “É verdade que na interpretação desse dispositivo leva-se em conta que as pessoas devem ser tratadas desigualmente, na medida em que elas forem desiguais, isto é: estando em situações diversas, devem receber tratamento diverso, justamente para atender a esse princípio de igualdade. Se formos tratar todos com igualdade, estaremos fazendo injustiças, porque as pessoas estão envolvidas por circunstâncias que as distinguem das outras”.

Isto é o que de fundamental existe no Direito Constitucional que deve orientar os demais ramos do Direito.

“No Direito Civil é interessante notar que a mulher solteira não tem a preocupação do legislado. A mulher passa a ser objeto de enquadramento no Direito Civil quando se casa. A única referência à mulher solteira é aquela que diz respeito à capacidade matrimonial, quando a mulher for menor de 21 anos. Nessa hipótese, a mulher pode casar com 16 anos e o homem com 18, ocorrendo um tratamento diferente para o homem e a mulher, devido a fatores de ordem biológica.

Porém, em caso de casamento, há diferenças de tratamento entre o homem e a mulher com relação aos filhos, ao exercício do pátrio poder: se houver divergência entre os pais, prevalece a opinião do pai, mesmo que a da mulher seja a mais sensata.

“... MEU PAI DORMIA EM CAMA, MINHA MÃE NO PISADOR”

Existe uma discriminação muito grande na sociedade conjugal. Embora a lei pretenda que a orientação e educação dos filhos seja exercida em comum pelo casal, o Direito Civil dá preferência à opinião do pai: “Quem decide é o pai”. “Se a mulher não estiver de acordo, deve procurar o poder judiciário para que decida. Não há, então, igualdade, prevalecendo a opinião do marido, enquanto a mulher fica numa situação de submissão.

O marido é o chefe da sociedade conjugal, segundo o Direito, apesar do acréscimo feito em 1962, que diz: que essa função é exercida “com a colaboração da mulher”. Segundo a professora Cardone, “quem colabora não manda”. E, realmente, o marido tem todas as características de “chefe” da sociedade conjugal: é ele quem decide a respeito dos bens imóveis (se aluga, cede, doa, etc.), enquanto a mulher só tem direito de administrar os chamados bens reservados - aqueles adquiridos com o fruto de seu trabalho. Ao mesmo tempo o produto do trabalho da mulher não responde pelas dívidas contraídas pelo marido, com exceção dos casos de dívidas feitas em



benefício da família. Em todos os sentidos há desigualdades.

“Houve um progresso a partir de 1962, quando surgiu o Estatuto da mulher casada que, segundo a deputada Dulce Sales Cunha, seria uma carta de alforria à mulher.

O Estatuto foi um avanço no aspecto dos bens reservados”. Mesmo assim, continuaram existindo discriminações, o homem continuou sendo o chefe da sociedade conjugal e a mulher sua colaboradora, o que poderia ser transformado, segundo a professora paulista - “Acredito que, numa sociedade conjugal, não há necessidade de que seja ela dirigida por uma só pessoa”.

“MEU PAI SO DIZIA ASSIM, VENHAM CÁ, MINHA MÃE, DIZIA SIM, SEM FALAR, MULHER QUE FALA MUITO, PERDE LOGO O SEU AMOR”

Procurando reagir e modificar esta situação de submissão da mulher na sociedade conjugal e em toda sua vida, as mulheres estão procurando modificar o Código Ci-

vil, segundo Marly Cardone: Elaboramos juntamente com um grupo de mulheres da Fundação Carlos Chagas, propostas de alteração do Código Civil, que foram encaminhadas ao Senador Fraico Montoro que, por sua vez, encaminhou-as ao deputado Israel Novaes. Fomos informadas de que as nossas propostas serão apresentadas de forma completa”.

Uma das propostas do trabalho apresentado refere-se à direção da sociedade conjugal, “que compete ao marido e à mulher em conjunto”. Consequentemente, a administração de bens também deverá ser feita em comum”.

Assim, procura-se melhorar as condições da mulher na sociedade conjugal tratadas ainda superficialmente no Estatuto de 1962, apesar dele ter trazido várias vantagens, tais como a que se refere à defesa do patrimônio: se o marido assina uma letra de câmbio, notas promissórias ou dá aval num título de crédito, a cobertura será feita pelos bens de um só dos cônjuges, o que assinou, ou pelos bens comuns mas até a metade - se o credor for cobrar em juízo a mulher terá a garantia de que a sua metade não será responsável. Outra vantagem do Estatuto: eliminou a necessidade do mari-

do autorizar a mulher para o trabalho, não havendo também possibilidade dele intervir. Aliás, sobre este último aspecto também foi feita uma proposta através do documento apresentado por Cardone:

“Incluimos nas referidas emendas do projeto um aspecto bem polêmico, bem discutido: que o marido passe a colaborar com a mulher nos serviços domésticos, na medida de suas possibilidades de tempo.

Porque essa sobrecarga da mulher na atividade doméstica, em seu desempenho como mãe? Que essa carga seja dividida, assim como em grande parte dos lares está dividida a função de sustento da casa”.

“HOMEM ACABA DE CHEGAR, ESTÁ COM FOME, A MULHER TEM QUE OLHAR PELO HOMEM E É DEITADA EM PÉ MULHER TEM É QUE TRABALHAR”

A mudança nas leis seria suficiente para mudar este estado de coisas? Este é o melhor caminho para a melhoria das condições da mulher?

Ada Pellegrini Gainover, Procuradora do Estado de São Paulo, professora livre docente da Faculdade de Direito da USP e representante da Academia Paulista de Direito como debatedora no encontro de “Diagnóstico da Mulher”, acredita que as medidas a serem tomadas devem ser outras. Diz ela:

“Eu me pergunto se realmente é importante começar por preconizar que leis novas sejam promulgadas com relação à mulher, para que ela então motive essas mudanças ou conquistas”.

E mais:

“Temos que reconhecer, sem nenhuma falta de modéstia, que, dentro da realidade brasileira, dentro daquilo que é a típica mulher brasileira, nós ainda não constituímos um paradigma. Nós somos ainda a exceção”.

Assim, por exemplo, na hora de defender a justa idéia de que o marido colabore nos serviços domésticos, não só ele deve ser convencido disto, mas também a própria mulher, segundo Ada Pellegrini.

O Estatuto da mulher casada, de 1962, apesar de suas muitas lacunas representou um grande avanço, porém, na prática, muita coisa continua como antes, por falta de conscientização, de informação.

“O Banco do Brasil exige da mulher casada uma autorização do marido para comprar ou vender ações nominativas”. E isto é contra a lei, segundo a Procuradora, procurando demonstrar que o Estatuto ainda não foi aceito e digerido pela mentalidade corrente.

Para Ada Gaivoner, mais importante do que preconizarmos a promulgação de leis avançadas e modernas, seria emprendermos um trabalho de debates para que a mulher se dê conta de seu valor, seu “status”, lute por ele, alcance uma conscientização. E aí, como consequência lógica e imediata, virão necessariamente as demais coisas, como as leis.

“DEUS FEZ PRIMEIRO O HOMEM A MULHER NASCEU DEPOIS E É POR ISSO QUE A MULHER, TRABALHA SEMPRE PELOS DOIS”.

(Edu Lobo)

Do “Diagnóstico da Mulher”, além da constatação de que a discriminação é grande, há a conclusão ainda de que somente o exercício da mulher, conscientemente, de seus direitos conquistados e a luta pelos ainda não conquistados, é que poderá eliminar as discriminações. As duas posições apresentadas pelas duas professoras visam um mesmo fim, as duas podem e devem ser conduzidas conjuntamente: por cada mulher dentro de sua casa, por cada mulher dentro do seu ambiente de trabalho.

MULHER NÃO DÁ TRABALHO

Grande número de empresas prefere contratar exclusivamente moças, "porque as mulheres não dão trabalho". No Sindicato, quem vai reclamar questões salariais são os maridos, filhos, irmãos. A mulher fica em casa.

Companheiras! Em vista da apatia que vos domina e que ninguém ainda pôde discutir, nessa cidade em que somos tão exploradas, resolvemos nós fazer uma nota em defesa de todas, esperando que não nos deixeis sós a reclamar os direitos que nos cabem indiscutivelmente".

No início do século XX, quando no Brasil surgiam as primeiras organizações operárias e eram realizados os primeiros congressos de trabalhadores, o problema da mulher trabalhadora e sua participação começou a ser levantado. Por volta de 1907, a imprensa publicou esta proclamação às costureiras de São Paulo, assinada por três delas, chamando suas companheiras à participação na luta operária.

Nessa nota, elas diziam: "No último movimento de greve geral nesta cidade, ficou provado claramente que a nossa classe é a mais ignorante, a mais atrasada. Nesse movimento de solidariedade operária tomaram parte todas as corporações de ofício, desde o mecânico ao marceneiro, desde o ferroviário ao carpinteiro, chapeleiros pedreiros, (...) Em Jundiaí o comércio fez causa comum com os grevistas, fechando as portas. Aqui, em São Paulo, os próprios estudantes manifestaram as suas simpatias pelos operários, tendo de ser fechada a faculdade. E nós, as costureiras, o que fizemos? Nós passamos indiferentes pelo meio dos grevistas que enchiam as ruas da cidade e fomos trabalhar que não tínhamos sentimento de solidariedade. E, no entanto, naquela multidão, estavam nossos pais, nossos irmãos, nossos noivos, por entre os quais passamos sem pensar que eles reclamavam um direito que também é nosso".

Nos congressos operários realizados, era uma constante a preocupação com a organização das operárias em sindicatos. Essa preocupação teve resultado: as mulheres começaram a participar, a lutar pelos seus direitos ao lado dos homens, pela redução da jornada de trabalho, por melhores salários.

Setenta anos depois, o quadro muda bastante. O único meio de participação legal do trabalhador é seu sindicato. Mas ele permanece vazio. Por vários motivos. Herdeiro da estrutura criada por Getúlio Vargas, através da Carta outorgada pelo Estado Novo em 1937, uma tradução da "Carta del Lavoro" estabelecida por Mussolini na Itália, o sindicalismo de nosso tempo caracteriza-se mais pela assistência social do que pelas reivindicações trabalhistas.

Segundo documento do IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos do Brasil, realizado o ano passado, a constituição de 64 não tocou nessa estrutura, que se mantém basicamente igual até hoje"

(...) "O projeto de Lei Orgânica de 1939 dizia claramente" Com a institucionalização deste registro, toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho; nele nascerão, com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão"

Hoje é o Executivo quem determina os níveis de reajustes salariais, amarrando os sindicatos, e o surgimento do peleguismo contribui para o esvaziamento das entidades. Se o grau de participação de trabalhadores homens nos sindicatos é pequeno, quanto às mulheres o quadro é mais negro. "O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo estima em cerca de 10 mil operários o contingente feminino engajado na metalurgia da região. No entanto, em um total de 29 mil sócios, apenas 1.171 são mulheres" (Brasil Mulher nº Um

Os motivos são vários, além do decréscimo quanto ao papel do sindicato, as trabalhadoras têm dupla jornada de trabalho (na fábrica e em casa) moram longe, não têm tempo, o marido ou o namorado não deixam, "não é lugar para mulher". Ao lado desses fatores, existe a falta total de interesse da maioria dos sindicatos quanto ao problema do trabalho feminino, quanto à sua participação na vida sindical. Por isso, elas não têm a quem recorrer. Não são informadas de seus direitos, são as que executam os trabalhos mais mecânicos e menos remunerados, são o "exército de reserva".

Salário menor, Problema Insolúvel?

Quase 70 por cento dos trabalhadores em fiação e tecelagem de São Paulo são mulheres. Entretanto, no sindicato de classe há 15 mil sócios, dos quais 605 mulheres. O presidente, Eduardo Luczinsky, eleito há seis meses, diz que "o grande problema que afasta os trabalhadores dos sindicatos é a falta de consciência sindical". Afirmo que a procura do sindicato é igual para homens e mulheres, que elas reivindicam seus direitos como os homens.

— As mulheres ganham menos - diz o presidente - depois de ter repetido várias vezes que os salários são iguais, mas esse problema é insolúvel, principalmente nas pequenas fábricas, onde os patrões tratam quase que só mulheres, os salários são bem mais baixos. Mas o sindicato não pode agir, a não ser aconselhar as mulheres a tentar um adiamento do aumento junto aos patrões.

No sindicato dos Textéis de Jundiaí, as mulheres sindicalizadas representam 70% do total. A presidente Hilda Latance Henriqueta conta que fez trabalho de promoção social para atrair as trabalhadoras, convidando marido e filhos para mostrar "que o ambiente é frequentável pelas mulheres". Há dez anos na presidência, procura solucionar o problema pelo diálogo com os patrões". Reivindicar índices salariais seria agitar. Se o governo determina índices não há o que pedir".

Antonio Rodrigues Pontes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vidro de SP, informa que cerca de 25 a 30% de mulheres traba-

ham nessas indústrias, principalmente em embalagem, escolha e serviços de escritórios. A lei proíbe o trabalho insalubre para a mulher, embora existam mulheres que trabalham como os homens, em altas temperaturas.

Mais uma vez, a participação no sindicato é nula: "Estive em uma fábrica com 80% de mulheres que se interessam pela assistência social apenas. Temos planos de ampliação para o futuro. Uma das maneiras de trazer a mulher para o sindicato será através de cursos de corte e costura, manicure, depois partir para a preparação sindical. A maioria não tem tempo, mora longe, enfrenta dupla jornada de trabalho e nem pensa em vir para cá".

Esse problema não enfrenta dona Marinha Torres, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Teatrais e Cinematográficas. Ela está muito satisfeita com a participação de suas associadas (A categoria tem perto de 8 mil trabalhadores no estado, são 1.800 associados, 400 mulheres a maioria trabalhando como bilheteiras, indicadoras, ou em limpeza, além do pessoal de escritórios).

Dona Marinha está no sindicato desde 1952, quando foi interventora. "Eram três categorias numa só: operadores, distribuidores e empresas cinematográficas. Acharam que deviam se diferenciar, não havia quem assumisse e fui nomeada interventora pela DRT".

Há 41 anos ela é caixa da Serrador e sempre esteve, de uma ou de outra forma, na diretoria do sindicato. "As mulheres sempre participam de assembleias, reivindicam sim. No meu tempo éramos bilheteiras à tarde, os homens à noite. De 5 anos para cá houve uma modificação, de colocar a mulher como lanterninha".

Mulheres em cargos de gerência, só existem três. A maioria ganha o salário mínimo de bilheteria ("que executam trabalho de caixas). Dona Marinha conseguiu realizar, em 67, uma greve de dois dias em 20 cinemas de uma cadeia que estava com seis meses de atraso no pagamento de salários. "Outra empresa tinha o mesmo problema, eu disse que faria greve e eles pagaram. Isto com autorização da DRT e até com o apoio do DOPS".

A maioria dos sindicatos não possui dados referentes à mulher, e em relação a seus problemas, alguns incluem em suas reivindicações a estabilidade para a gestante. E só. Se a participação da mulher hoje é travada por todos os problemas apontados, é bom lembrar que isso não foi sempre assim. Todas as vezes em que foi chamada, a mulher atendeu. Como no início do século, quando três costureiras paulistas escreveram seu manifesto: "Companheiras! Em vista da apatia que vos domina e que ninguém ainda pôde discutir, nessa cidade em que somos tão exploradas, resolvemos nós fazer em defesa de todas, esperando que não nos deixeis sós..."

Leitores: leiam e divulguem, sem preconceito, o Brasil Mulher

VOCÊ, MULHER

Encontro com Raimundo

“A realização da edição especial de ‘Movimento’ foi muito importante para o próprio pessoal da redação. O processo pelo qual passamos, do conselho de redação à realização do detalhamento da pauta - diz Raimundo Pereira - foi importante ao ponto de, uma madrugada quando eu escrevia um artigo sobre família patriarcal, a uma hora da manhã, precisar de uma ampla consulta. Não é que eu não tivesse conhecimento do tema mulher como uma grande questão. Como jornalista, eu já estava sensibilizado, mas agora, através desse trabalho, não só eu, mas todo mundo aqui no Movimento passou a ter uma visão mais clara e de conjunto da terrível realidade da mulher, e particularmente, da mulher brasileira”.

B.M. Por que Movimento se preocupou com uma edição especial sobre a mulher?

Raimundo conta que o primeiro número do jornal saiu na época da inauguração do Ano Internacional da Mulher no México. “A nossa preocupação foi crescendo e tínhamos idéia de manter sempre o assunto nas páginas do jornal. Adélia Borges começou a redigir notas com o tema e, em fins de janeiro, o Conselho de Redação recebeu uma pauta preparada por mim, Sérgio Buarque e Adélia, sobre o trabalho da mulher”.

Todas as sucursais estiveram presentes e as pessoas foram se juntando para a realização do trabalho, que se baseou nos seguintes pontos:

- 1- traçar um quadro do que é o trabalho da mulher no Brasil hoje, em setores significativos que foram identificados e em seguida ouvidos.
- 2 - discutir os efeitos dessa situação sobre a mulher, o homem e o país, partindo de fato que a mulher está restrita ao mundo doméstico das panelas e fotonovelas, deixando de lado uma força produtiva essencial ao desenvolvimento da economia.
- 3 - A luta existente no país, no sentido de incentivar o trabalho produtivo, considerando aí a participação de grupos feministas questionando, também, se apenas o trabalho é suficiente para retirar a mulher do estado atual, além de outras formas de participação.
- 4 - debater o trabalho da mulher ligado às suas reivindicações essenciais para dar cumprimento a esta tarefa, ou seja, existência de creches, restaurantes populares e outros serviços que libertem a mulher dos encargos domésticos como obrigatoriedade individual tornando-os serviços de ordem social.

A matéria, que constou de 50 artigos, apresentava depoimentos realizados nas fábricas, no campo, mulheres em serviços burocráticos, entre outros.

“Nossas teses - prossegue Raimundo - era informar as pessoas sobre algumas coisas importantes. Que o trabalho doméstico é limitado e o país que não libera a força produtiva da mulher perde muito. Mostraríamos concretamente que isto é uma grande perda. Mostraríamos também a discriminação salarial que existe entre homens e mulheres, segundo estatísticas do IBGE: de zero a um salário mínimo, existem 39,4% de homens contra 54,8% de mulheres (1973)”.

A edição especial censurada de “Movimento” trouxe informações valiosas e novas perspectivas sobre o problema da mulher, a todos os que participaram dela. “Ninguém tira o conhecimento que adquirimos - diz Raimundo. A censura não conseguiu destruir o conhecimento que conquistamos, estudando e analisando a vida e o trabalho da mulher brasileira, em diversas partes do país.



Essa pode...disse a censura



Essa não pode...



Essa também não pode.

CARTA ABERTA

Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil
General Ernesto Geisel.

Nós, mulheres preocupadas com a situação da mulher na sociedade brasileira, interessadas em discutir-la amplamente e em agir no sentido de modificá-la, vimos através desta manifestar nosso repúdio à violenta censura exercida sobre a Edição Especial que o jornal “Movimento” pretendia lançar em seu número 45, sobre um tema único: “O Trabalho da Mulher no Brasil”, e reivindicar a liberação, na íntegra, do material censurado.

A preparação dessa Edição envolveu esforços de dezenas de pessoas em todo o país - jornalistas, grupos de estudos, movimentos feministas e femininos, e a população feminina em geral, através de seus depoimentos. Grupos de pessoas se debruçaram sobre as estatísticas do IBGE, em busca de um quadro exato sobre o trabalho feminino nos diversos setores de atividades: enquanto repórteres percorriam o país em busca do retrato das condições de vida das trabalhadoras - desde as professoras no interior de Minas Gerais, até as varredoras de rua em Salvador, passando pelas “boias-frias”, pelas secretárias, pelas empregadas domésticas, trabalhadoras na indústria e muitas outras.

A matéria final - que resultou em 305 laudas mostrava alguns pontos essenciais: a dupla jornada de trabalho da mulher (dentro e fora de casa); a função econômica de seu trabalho doméstico, sua condição de força industrial de reserva, chamada para o trabalho remunerado em épocas de crise; as diversas discriminações subalternas abandonadas pelos homens em função do baixo salário; a remuneração inferior à do homem pelo mesmo trabalho; a falta de infra-estrutura social que lhe possibilita melhores condições para o exercício de sua função (creches, restaurantes populares, etc), e sua mobilização incipiente visando modificar sua situação concreta.

No entanto, o amplo acesso a essas informações nos foi violentamente negado. A redação do jornal “Movimento” nos informou que, de 305 laudas de texto enviadas ao Departamento de Polícia Federal para censura prévia, 287 laudas foram vetadas. Das 69 fotos enviadas, 58 foram vetadas. De 13 de-

senhos e vinhetas, 6 foram vetados. E, finalmente, de 12 tabelas com estatísticas do IBGE sobre trabalho feminino, 10 foram vetadas.

Neste ponto, é necessário ressaltar que a censura especificou com relação ao tema “Mulher” vem se manifestando também em outros setores, tais como: livros de Rose Marie Muraro, peças de teatro e até mesmo pesquisas sobre a situação da mulher brasileira que constam na Bibliografia realizada pela Fundação Carlos Chagas, e vetada nesta Edição do jornal “Movimento”.

Desta forma, consideramos absurdo o fato de a mulher poder viver esta situação e não poder ser informada a respeito dela. Ficamos, portanto, impossibilitadas de ter uma perspectiva abrangente e não apenas individual de nossa realidade, sendo-nos também negada a tentativa de mudança da atual situação. Mudaça esta que o próprio governo brasileiro reconheceu necessária e endossou, ao assinar em julho de 1975, no México - o “Plano de Ação Mundial”, proposto pela ONU, que projeta o Ano Internacional da Mulher por uma década. Este plano consiste em equacionamento de todos os problemas de mulher no mundo, visando uma estratégia global para que os objetivos de desenvolvimento, igualdade e paz, fossem atingidos. Para tanto, é evidente a necessidade de discussão aberta e o acesso à informação e à cultura como direito de todos, conforme tese do eminente jurista doutor Pontes de Miranda, apresentada na Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, em agosto de 1974.

Em face do exposto, e respaldadas em nosso direito de cidadãs, protestamos veementemente contra o cercamento de informação no país, reivindicamos ampla liberdade de expressão e a total liberação do material censurado em 6 de maio de 1976.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA
SOCIEDADE BRASIL MULHER
GRUPO NÓS MULHERES
E OUTROS

MOVIMENTO

Do Conselho de Redação do semanário, “Movimento” para o público, os jornalistas e as autoridades.

A censura impediu a circulação do número 45 do jornal Movimento que era dedicada ao tema “O Trabalho da Mulher no Brasil” e que sairia às bancas no dia 10. Os números da censura a esta edição especial são os mais elevados da história do jornal:

	Material enviado para Brasília	Vetado pela censura	Porcentagem de material vetado em relação ao total
TEXTOS	305 laudas	283 laudas	93%
FOTOS	69	58	84%
DESENHOS	13	6	46%
TABELAS	12	10	83%

Foram vetados, mais especificamente, entre outros assuntos:

- o resumo de um estudo da ONU sobre a mão-de-obra feminina em todo o mundo;
- o depoimento de um casal que não quer ter empregada doméstica porque acha a profissão humilhante para quem emprega e para quem é empregada;
- entrevistas com juízes e protetoras do Pará que são maioria nos quadros judiciários do Estado e estão ameaçadas de perder esta posição porque os baixos salários que ganhavam recentemente foram aumentados, tornando-se atrativos para os homens;
- uma análise da indústria cultural voltada para a mulher: as fotonovelas e a televisão;
- um quadro da situação das creches para filhos das mulheres que trabalham, que são obrigatórias por lei (para empresas com mais de 30 empregadas) e praticamente não existem;
- entrevistas com as líderes dos principais movimentos feministas brasileiros;
- um levantamento das limitações e virtudes da legislação que regulamenta o trabalho feminino no país, com a discussão sobre a conveniência ou não da liberação do trabalho noturno para a mulher;

- artigos dos economistas e sociólogos Verena Martinez-Alier, Maria Moraes e Chico de Oliveira sobre o valor do trabalho feminino e o seu papel nas lutas das mulheres por mais independência e participação na vida social e política;

- um levantamento da participação feminina na vida sindical brasileira;

- três dezenas de depoimentos de mulheres que trabalham, professoras primárias de Carvalhópolis, Minas Gerais; lavadeiras de Juazeiro, Bahia; operária da linha de montagem de uma indústria de cosméticos paulista; colona de Machado, sul de Minas; colhedoras de fumo, Arapiraca, Alagoas; motorista de taxi, São Paulo; pescadoras de Roteiro, Alagoas; mãe e filha boias-frias, Paraguaçu, Minas; costureira de Ceilândia, Brasília; operária da Volkswagen, São Paulo; secretárias, Rio de Janeiro; e jornalistas de São Paulo, entre outras.

- uma listagem de 55 livros e estudos sobre o tema “Trabalho da Mulher no Brasil”, preparada pela Fundação Carlos Chagas de São Paulo;

A edição vetada corresponde ao maior esforço jornalístico concentrado que o jornal Movimento já fez até agora: 82 pessoas - 63 mulheres e 19 homens - de São Paulo, Rio, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Salvador e Belém trabalharam ao longo de 40 dias para produzir esta edição. Este amplo trabalho teve um duplo resultado: por um lado, forneceu um quadro do que é a vida do país através dos depoimentos de sua população mais sofrida, as mulheres; e, de outro, mostrou a extraordinária energia que o país desperdiça por manter, na prática, 82 por cento da força de trabalho feminina em tarefas que a economia considera “economicamente improdutivas”.

Dos 6,2 milhões de mulheres consideradas “economicamente ativas”, 2 milhões são empregadas domésticas e um milhão são trabalhadoras de enxada. Em todas as profissões, mesmo nas consideradas “femininas”, seu acesso às tarefas superiores é dificultado: no magistério primário, as

mulheres são 95 por cento; no antigo ginasial, elas são 60 por cento; no antigo colegial, são 50 por cento; e apenas 23 por cento dos professores nas universidades são mulheres, segundo dados do MEC de 1971.

Não há creches para as mulheres que trabalham; não se respeita o direito de trabalho da gestante; as mulheres têm salários menores que os dos homens para o mesmo trabalho; não estão presentes de forma efetiva nem na vida sindical nem na vida política; e de um modo geral são chamadas ao trabalho produtivo apenas em períodos de crise, quando há carência de mão-de-obra masculina em razão dos baixos salários oferecidos. E, finalmente, sempre que exercem o trabalho considerado produtivo, continuam exercendo sozinhas as tarefas domésticas, sofrendo assim os efeitos da “dupla jornada de trabalho”, que corresponde muitas vezes a períodos ininterruptos de 16 horas diárias, equivalentes aos sacrifícios femininos do início da Revolução Industrial do século XIX.

A quem serve o veto à divulgação dessas verdades apuradas através de estudos, depoimentos e estatísticas do próprio governo? Esse veto constitui evidentemente uma forma de a Polícia - que se constitui cada vez mais na guarda da verdade no país - impedir a discussão profunda e honesta dos grandes problemas que atingem a nossa população trabalhadora. Este nosso relato circunstanciado é uma demonstração do absurdo da tese de que a censura existe para coibir uma imprensa irresponsável. Através dele nós comparecemos à opinião pública para pedir o apoio firme e decidido que até agora não nos tem faltado. E para dizer que, dentro dos nossos objetivos editoriais, de descrever as condições de vida do povo brasileiro e acompanhar as suas lutas por mais liberdade, nós não desistiremos. Leia, divulgue e, especialmente agora assinie Movimento. Como diz o poeta: se eles cortam um verso, escrevemos outro.

Raimundo Rodrigues Pereira
p/ Conselho de Redação

Diário de Bordo



-Não tem papo, não. Hoje é dia de apresentar o lance do boletim. Tarefa é tarefa.
 -Bem, já expliquei que o boletim não dá. É muito esforço pra nada. Além disto, a opção por um boletim seria a aceitação do "limitado". Penso que o melhor é criar um jornal falando da ANISTIA e outros assuntos.
 -Como? Jornal precisa de infra-estrutura. Bota os pés na terra! Teu mal é voar!
 -Olha, percebe? O fato é o jornal. Se vocês confiam, a gente parte.
 -É...quem sabe? Qual vai ser o nome?
 - Pode ser "A RAPOSA", por exemplo.
 - Não, não dá! Fora com A RAPOSA.
 Assim, as discussões passaram de um dia para outro, e, entre um nome e outro, e definições de propósitos, eis que surge, numa magrugada, pelas "quebradas do mundaréu", pelo menos o nome: **BRASIL MULHER**.



No dia seguinte, começou a "pauzeira". Tradução, pesquisa, redação. A pilha de papel começou a subir e o BRASIL MULHER a se definir a cada minuto de trabalho: "quer incorporar-se à imprensa democrática. Não é o jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres". (você leu o editorial do número 0?).
 O material chega às oficinas e a editora aprende, pela primeira vez, a fazer jornal e seus professores foram os colegas dos mais anônimos ao chefe da oficina. Aquele seria apenas o número 0, experimental.



A editora recebeu do fotógrafo várias fotos para capa do primeiro número. A ideal, entre tantas, deveria ser a que mais significasse a mulher brasileira. E ela lá estava: barriguda, rindo triste, girando outra criança no ar, de pés descalços. Mas, na hora de entrar na Foto Mecânica para virar capa, ela sumiu. Correria - até as latas de lixo da redação do "jornalão" foram reviradas - aí ele apareceu. Tranquilo, e descobriu sozinho a mulher barriguda. Depois ele foi fazer a ronda.



O nº 0 foi lançado e até o Estadão se ocupou do primeiro (será mesmo?) jornal feminino do jornalismo brasileiro. Até em Paris o BM chegou. Londrina - perguntaram - onde está no mapa? Ai o MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DA MULHER É A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS demonstraram não ser apenas preocupação de grupos em grandes centros intelectuais. Ou é porque alguns intelectuais se evadiram dos grandes centros da Oropa, França e Bahia?
 Ai, a fase dos registros, as decisões entre São Paulo e Londrina. No bate boca via negrofone ficou decidida a independência do BM de qualquer outra entidade que não fosse do próprio. Na bandeira do BM estava firmada com muito suor e represália: o BM não seria de ninguém. Será pela Anistia e pelo Movimento de Libertação da Mulher.



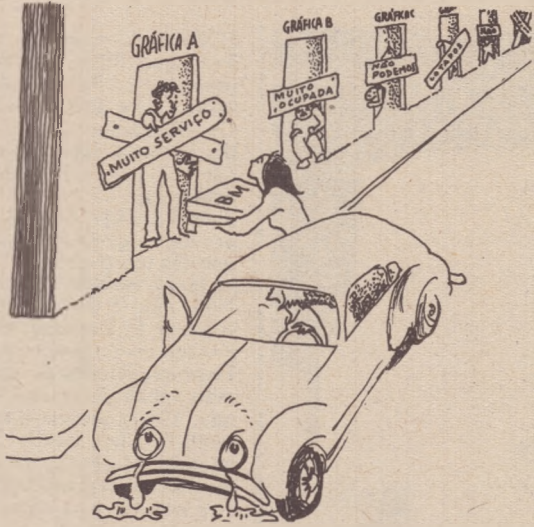
Depois do número 0, as mulheres mediram suas forças com a opressão e daqui e de lá começou a pintar gente com material, idéias, matérias, bedelhos. "Boas críticas" chegaram:
 A diagramação não presta!
 -Olha colega, pode não prestar, mas é uma proposta que deve chegar a uma definição.
 -Tem lá cabimento foto de página inteira! Isto não é jornal de arte!
 -Percebe colega? A proposta é fazer, e se sobrevivermos um ano, uma exposição com doze Mulher Brasil. Quero uma capa-foto-reportagem, colega. O resto é academicismo!
 Foi montado o primeiro conselho de redação. Com gente variada de geração a comportamento; variada, também, em classe social e setor de trabalho. As cinco mulheres de Londrina juntou-se um grupo de São Paulo de jornalistas e outras mulheres. Vinha vindo o número 1.



A redação do 1 foi montada. O jornal continuava em Londrina. O fim do Ano Internacional da Mulher se aproximava. O jornal necessitava lançar ainda em 75 o seu número 1. Não é que as mulheres pusessem muita fé na badalação das Nações em volta de seus problemas. Mas era por isso mesmo que o 1 tinha que sair para pôr em xeque o que a ONU declarava: incentivar os governos a dar oportunidade de vida, mesmo, às mulheres. O BM decide-se por ser um órgão de crítica e denúncia.
 E a malta se pôs a trabalhar. Em quinze dias o 1 ficou no ponto de entrar nas oficinas. Que diferença do 0, que teve um redator só! Agora tinha, não deu pra contar...mas ao certo mesmo foram três.

DIÁRIO DE BORDO

O número 0 rendeu uma graniha. Deu pra pagar a edição e sobrou uns caraminguás para a edição número 1. Mas, então, surgiu a represália: dificuldades não esclarecidas, situações esotéricas. Daqui e de lá, por onde o BM passava já tinham passado os coleguinhas da imprensa democrática. E ninguém convidava pra tomar um cafézinho, bater um papinho sobre o tempo, sobre o preço do café, a alta da gasolina, a última dor de barriga das crianças... Até que, via negrofone, alguém recebeu o BM (mas não contamos, o BM não faz publicidade, nem paga nem de graça. Mas, se voce quiser anunciar, consulte o BM. Quem sabe, conforme o seu produto...).



«BANCO»

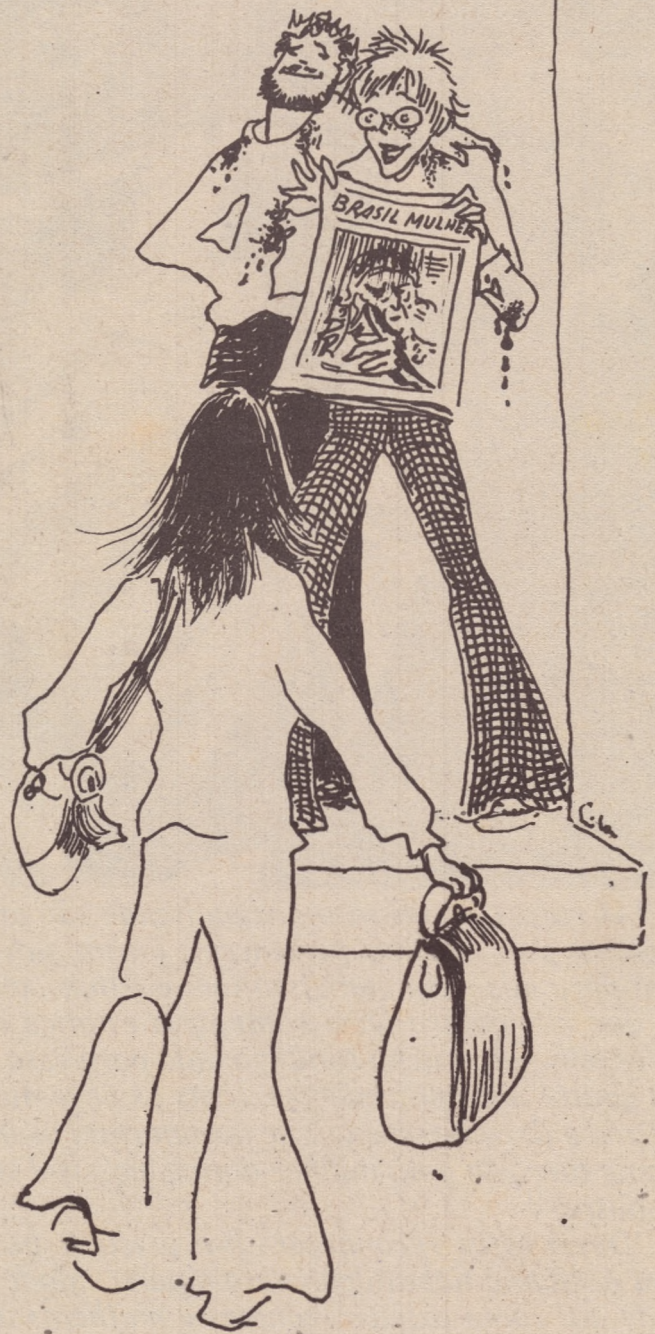


A "Lei Seca" dos Esteites da América do Norte (USA) deixou aqui (tão longe de nós distantes) algumas influências financeiras "sadias". Pois é... Só decifra quem conhece Al Capone. Portanto, os caraminguás do BM se mostraram insuficientes para pagar duas vezes mais, ou mais, os serviços de impressão. Ou pagava a vista ou descia... Foi quando apareceu o "oclinhos" com um milhão por minuto e em cinco o BM



Era posto na mala-redação para seguir no avião das 13.30hrs. Estávamos a 600 quilômetros da Gráfica de São Paulo e ela havia marcado hora para receber o BM. Ou chegava pro chá das cinco ou não chegava mais. E era dia 21 de dezembro, e o ANO INTERNACIONAL DA MULHER se acabava no Rio de Janeiro no dia 28.

Eram mais 600 quilômetros! Porque o Paraná é tão longe? E pelos céus do Brasil voou algo mais que (não fazemos anúncios para certas gentes). E lá ficou a editora esticada na pista, dormindo. Foi recolhida ao depósito da Prefeitura, altas horas da noite, pelas garis que a encontraram dormindo sobre uma pilha de jornais velhos.



Mas a equipe do Paraná ainda não conhecia o número 1. E lá se vai a editora para um encontro. Foi um disque-disque sem fim. A diagramação, as dívidas, a circulação, a difusão do jornal para os centros latino-americanos para a Libertação da Mulher e de comissões de Direitos Humanos. E lá partiu a editora para levar o BM para lugares distantes do outro lado do Atlântico. E foi chegando reforço com o apoio da Editions de Femme de Paris com uma publicação sobre o BM na Mulheres Modas e Bordados de Lisboa (de moda e bordado só tem o necessário) com os depoimentos e intercâmbios com mulheres de Cabo Verde e agora o BM...

Continue acompanhando o jornal de bordo no próximo número do BRASIL MULHER



BM número 1 sai das máquinas pelas mãos da mulher jornalista coordenadora da equipe em São Paulo, e, como pelos nossos arredores as gentes não são nada antidemocráticas, cada um comemorou a seu jeito, até a desenhista! E teve gente que saiu pelas "quebradas do mundaréu" (perdão outra vez Plínio, por entrar num jornal feminista, você não topa esta parada).

O problema maior do número 1 foi encontrar benzina nos postos em São Paulo para lavar a coordenadora gráfica que até então só tinha feito redação e revisão! E o BM começou a etapa seguinte: saiu voando pro Rio, Araraquara, Paris, Salvador, Lisboa, Londrina, Poços de Caldas, Campinas e não dá pra enumerar mais: o jornal tem espaço contado em linhas.

Mulher participe: leia e assine Movimento

Menina- mulher é 'Cabra-Cega' no jogo da educação



"As raízes de nossa individualidade são profundas e nos escapam, pois não nos pertencem, foram outros que as cultivaram para nós, sem que disso tomássemos consciência. A menina que aos quatro anos contempla estática a própria imagem no espelho já se acha condicionada para essa contemplação pelos quatro anos precedentes, mais os nove meses em que foi esperada e durante os quais se aprontavam os instrumentos capazes de torná-la uma mulher o mais possível semelhante a todas as outras".

"Dever-se-ia reconhecer que existem homens e mulheres sem nenhuma habilitação para a paternidade e para a maternidade, tal como existem homens e mulheres absolutamente incapazes para o papel de educadores na escola, em qualquer nível, mas é errôneo excluir a priori que possa haver homens feitos sob medida para a profissão de educadores na primeira infância. Mas por causa dos preconceitos sociais que lhes negam qualquer papel no processo educacional da primeira infância, homens dotados de qualidades próprias para se tornarem ótimos educadores nem chegam a refletir sobre essa possibilidade".

Hélio da Silva Santos, funcionário público: "Não admito que as minhas filhas utilizem o palavão, por causa da religião protestante. Palavão só é utilizado por quem tem pouca cultura, e vive num ambiente inferior incivilizado".

Oswaldo Gilho, formação universitária, feirante: "Minha filha é completamente extrovertida, bagunceira. Ah! vai me dar trabalho! Mas não adianta segurar. O temperamento dela é esse".

João Cândido, bóia-fria: "Quando a gente pega um filho prá batê a gente corrige ele. Ele pode fugir lá pro mato e ficar que não tem problema. Agora, filha mulhé, dá prá deixa ela se largá sozinha lá pros mato?"

Não, não tá certo. Tem que corrigir ela ali".

Ademar F. Barbosa, empresário: "Para a menina dou uma boneca ou um boneco porque sugere a finalidade da mulher".

Henrique Ribeiro dos Santos, operário: "O Rogério é muito mais sabido do que a Cristina. Ela é mais bobi... mais quieta. Talvez porque o homem é sempre mais sabido do que a mulher, talvez não".

Manoel Berlinck, sociólogo: "... dou uns berros de vez em quando. Não há a prática de bater. As pouquíssimas vezes que isso aconteceu, a reação foi muito violenta da parte deles".

Os condicionamentos sociais e culturais de nossa sociedade forçam uma superioridade masculina em relação a mulher. Seria essa suposta superioridade que leva o homem a desejar que o seu primeiro filho seja varão? Até que ponto as crianças são inibidas no seu desenvolvimento? O que pensa o homem sobre a educação feminina?

No Brasil, como na maioria dos países, a educação dos filhos cabe principalmente à mulher. Em muitas famílias, a educação fica a cargo dos dois, pai e mãe, mas a maneira como é dada essa educação varia de acordo com a mentalidade, nível de instrução e condição social da família. Muitas mulheres, por sujeição ao marido, limitam-se a concordar ou aceitar as normas que ele dita. Hélio da Silva Santos, funcionário público, acha que a teoria da educação dos filhos fica mais para o pai e a prática é incumbência da mãe, a mulher não quis opinar e concordou com as palavras do marido).

O inverso também acontece: o marido, por comodismo, falta de tempo, ou porque não entende mesmo do assunto, concorda e aceita tudo que a mulher decide. Já outros pais procuram tomar parte conjuntamente na educação dos filhos, opinando e discutindo sobre o seu procedimento e sobre as soluções para os eventuais problemas surgidos: estes últimos constituem a minoria.

A educação dos filhos de Regina e Manuel Berlinck, sociólogo e comunicadora, cabe a ela. "A mãe está sempre mais ligada pela tradição cultural", afirma Regina e conta que durante muito tempo ficou só como dona de casa, mas depois que começou a trabalhar, o relacionamento entre eles mudou muito e ainda está mudando. Agora, Berlinda, procura participar mais. Quando casou ela não tinha nenhuma teoria a respeito da educação mas conscientemente procurou não educar diferente as meninas dos meninos. Atualmente, quando não tem empregada, todos, sem distinção, lavam a louça.

Elena Gianini Belotti, educadora italiana, defende que a tradicional diferença entre o homem e a mulher é devida a condicionamentos culturais "e hoje, quando todos os valores da sociedade estão em crise, e entre estes o mito da "natural" superioridade masculina contraposta à "natural" inferioridade feminina, torna-se mais fácil arrebentar essa cadeia de condicionamentos que vai se transmitindo, quase intacta, de uma geração a outra".

O primeiro filho

Esses condicionamentos levam o homem, salvo raríssimas exceções, a desejar que o seu primeiro filho seja varão, isto para reafirmar a sua virilidade, o seu machismo, e também porque durante séculos, o homem foi o detentor do poder e "naturalmente" quer transmitir esse poder a um ser semelhante a ele. Marina Ferreira, de profissão faxineira, afirma que o seu marido queria que o primeiro filho fosse menino. "Ele dizia que o menino tem que ser o mais velho para mandar no mais novo". Ela queria menina. "Ah! não sei porque, acho que menina é mais engraadinha". Ademar Freitas Barbosa, empresário, queria que o primeiro fosse homem porque "se o homem faz alguma coisa é o homem que dá continuidade. É o padrão. O segundo queria também, quase pela mesma razão, mas eu já não fazia muita questão. Nascerdo homem seria bem melhor porque os tipos de atividade que eu sempre gostei - pecuária, agricultura, - não é o tipo de atividade que cabe à mulher. Toda carreira, para ter expressão, precisa do trabalho de algumas gerações." Mas, Adelaide Barbosa, queria que o primeiro fosse mulher. Ela afirma que "no homem, é uma questão de machismo querer filho homem, mas não deixa o Ademar saber disso senão ele fica louco". E continua: A tendência de uma casa que tem só homem é só falar de assuntos masculinos. Eles não falam de moda, de flor. Depois que os filhos casam, a mulher é que continua sendo companhia para a mãe. Quando não se

(Elena Gianini Belotti - O Descondicionamento da Mulher)
Editora Vozes - Tradução de EPHRAIM F. ALVES)

Leitores: leiam e divulguem, sem preconceito, o Brasil Mulher

Menina- mulher é 'Cabra-Cega' no jogo da educação

tem filha mulher, a gente acaba ficando muito sozinha na velhice. A gente nunca tem com a nora a mesma liberdade que tem com a filha".

Muitas mulheres porém são neutras na manifestação quanto à preferência de sexo para o primeiro filho. A maioria, no íntimo, prefere ter uma filha mulher porque a menina, além de ser mais companhia para a mãe, é mais afetuosa mais engraçadinha, ajuda nos trabalhos domésticos, isto é, tudo em função da utilidade e versatilidade da condição feminina atual. Mas nem sempre, a filha corresponde à expectativa.

"Antes de Cláudia nascer eu queria que fosse menina porque achava que menina é mais companhia, apesar de agora achar o contrário. A Cláudia não pára, não dá sossego. Chega sexta - feira, ela vai viajar. O menino só sai com a gente", conta Dalva Gilho, feirante de manhã e professora de Educação Moral à tarde. (porém seu sonho é estudar medicina). Seu marido Osvaldo, é formado em letras, e possui uma banca de peixes na feira. Para a filha, "o pai é um ídolo" afirma Dalva: "meu marido lê muito jornal, é muito atualizado Cláudia acha que ele é muito mais inteligente do que eu, mas ela me admira, porque diz que quando casar vai ser igual a mim".

Casamento & Vida Livre

Muitos pais esquecem-se da individualidade dos filhos e este esquecimento costuma gerar uma série de desajustes psíquicos e sociais. Dalva Gilho cita um sintoma de desajuste: "Antigamente os pais tolhiam muito a gente, e a gente casava cedo para se libertar dos pais. A meta da mulher era o casamento". Ainda hoje a mulher cai nas mãos de um marido tão machista quanto o pai, e que foi criado com os mesmos condicionamentos de sua família.

Ademar F. Barbosa prevê duas alternativas para a sua filha: casamento ou uma vida profissional livre. Ele se confessa partidário do "esquema quadrado" e acha que "a responsabilidade básica da mulher é gerar. Contanto que ela seja uma boa dona de casa e inspire o respeito aos filhos, não importa que seja burra". Em contrapartida, Adelaide discorda e se preocupa com outros aspectos. Ela entende que a filha tem que ser orientada para que seja "uma mulher independente e escolha ela mesma o que quer fazer e o que quer ser". Ela quer educar a filha "sem tabu, sem esconder nada", diferente da educação que recebeu. Ademar e Adelaide discutem muito quando as opiniões entre eles divergem e o conflito fica sem solução.

Orelha na parede

"A menina, inibida em seu próprio desenvolvimento, é obrigada a organizar autodefesas para não sucumbir. A operação que se deve efetuar não é a de tentar formar meninas à imagem e semelhança dos meninos, mas restituir a todo indivíduo que nasce a possibilidade de se desenvolver de forma que melhor se adequar à sua índole, independentemente do sexo a que pertence", afirma Elena G. Belotti.

Josefina Machado, bóia-fria, acha "difícil educar os filhos". Eu procuro educar como fui criada porque antes, até a roupa a gente usava como o pai queria; hoje não é assim. Eu não gosto que diga coisa feia e nem mexa nas coisas dos outros. Se os filhos mais velhos namoram moça que eu não quero, eles terminam. Eles vão a bailes mas não dançam. As danças hoje, são vergonhosas. Não gosto que vão aos bailes por causa das brigas. As meninas eu não deixo sair nem ouvir conversa de mulheres. Uma eu criei sem sair de casa e depois ela fugiu. O Zé Machado disse que quando uma filha dele fugisse ele arrancava a orelha e pendurava em casa, para que quando a outra visse a orelha ali, sequinha, tivesse medo. Mas nem atrás da outra ele foi quando ela fugiu".

Osvaldo Gilho acha que a mulher deve ser educada para ser mulher: "Ela deve ser caseira, inclusive boa dona de casa, meia romântica, atenciosa com o marido. A essas futilidades dou muita importância mas não vou obrigar ninguém a ser assim. Para minha filha, parto de um princípio: ela tem que ter responsabilidade, honestidade e cultura, pois com esses predicados ela saberá o que é certo e o que é errado. O resto deixo ao Deus-dará". Sua mulher acha que o menino e a menina devem ser educados com igualdade e deve dar à sua filha "bastante liberdade mas ensinar, desde cedo, a ter responsabilidade e a ser independente, ter seus ideais e ao mesmo tempo ser feminina. Ser dona de casa é secundário". Para Dalva Gilho, ser feminina é "ser delicada, meiga, saber se portar, não ter modos bruscos".

O bóia-fria João Cândido, cria uma neta. Ele é da opinião de que a educação do menino e da menina tem que ser diferente. "Com os filhos homens tem que ser mais na porrada, agora, com as meninas tem que levá com mais calma, porque se acontecer qualquer coisa, o bicho mulhê é muito mais fraco que o homem".

Sob o ponto de vista do sociólogo Manoel Berlinck, a educação de uma mulher "deve ser igual à de um homem. A mulher deve ter a mesma experiência, instrução e brinquedos que os homens possuem. Na nossa sociedade, as mulheres desde cedo são instruídas a brincar de mulher, os homens aprendem a brincar de mocinho e bandido. É um procedimento muito equivocado ensinar dois papéis totalmente distintos que inibem, tanto no homem como na mulher, as características da personalidade". Portanto,

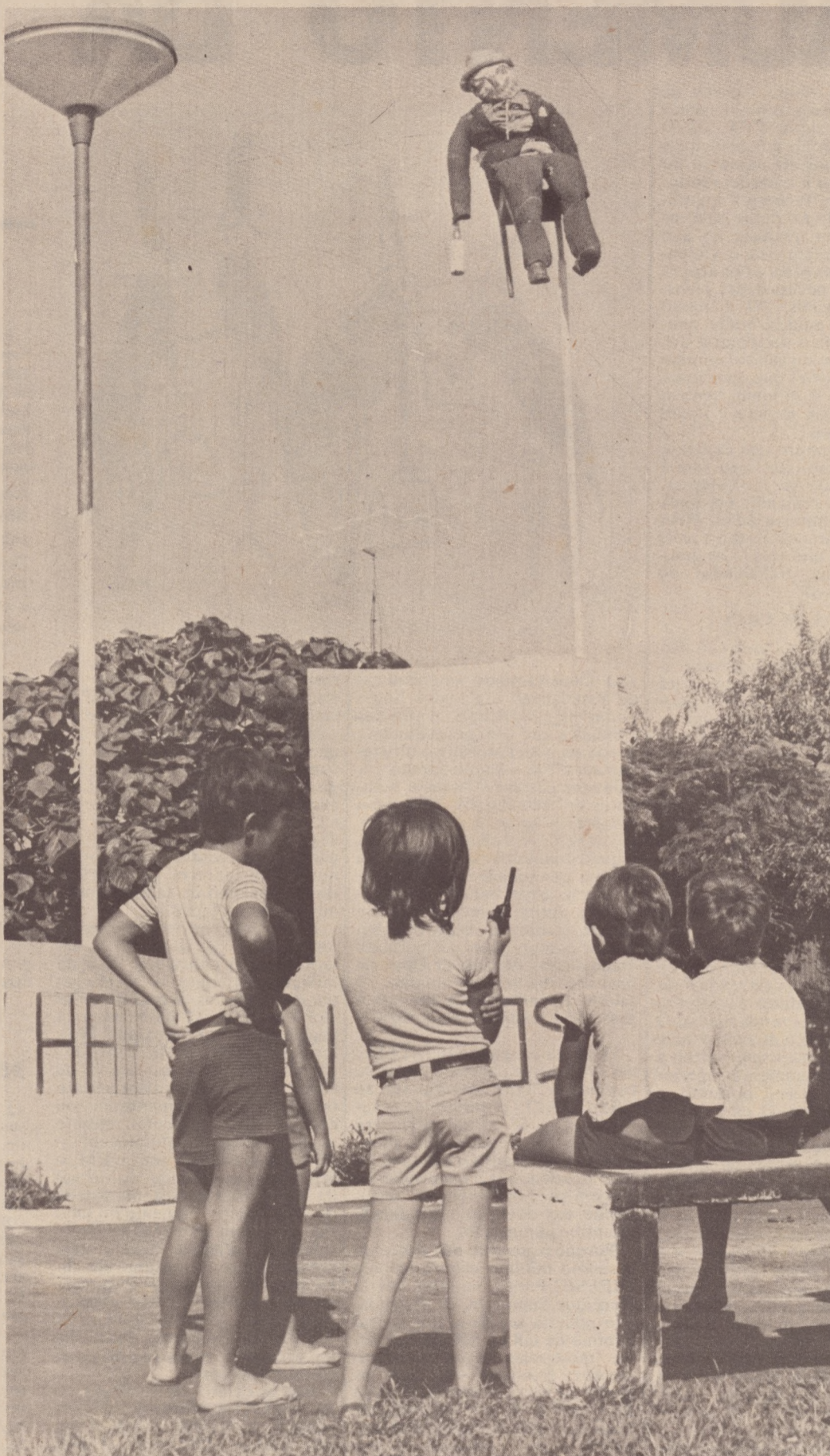


Foto: Daniel Martinon

não é só a mulher que sofre com os condicionamentos negativos em função do sexo. E Regina Berlinck afirma: os velhos padrões de que menino não pode chorar, mostrar os seus sentimentos estão sendo mudados".

O operário Henrique Ribeiro dos Santos fica atrapalhado ao se expressar sobre comportamento. Olha suplicante para sua mulher Marina Ferreira, mas ela diz: "Você é que tem que falar". Henrique fica indeciso: "O comportamento é... ela não... Como é que diz... a mulher deve ter um respeito em si, né, pra ser séria, não andar de dente aberto pra ninguém". Marina concorda com o marido. "O que eu acho de mais grave numa mulher é isso, principalmente quando ela sai na rua".

De outro lado, Berlinck assim se manifesta: "A mulher não deve ser submissa, esmagada pela presença do homem pelo homem. Ela deve ter a oportunidade de procurar o seu caminho, o seu norte. Eu acho que o homem não tem nada a dizer do comportamento feminino. Durante séculos, o homem disse como uma mulher deve ser, e fracassou solenemente. Acho difícil a situação da mulher e mais difícil ainda a situação do homem".

AUMENTO DO SALÁRIO: AUMENTO DA MISÉRIA

Entrou em vigor, a partir de primeiro de maio, o novo salário mínimo que subiu CR\$ 532,00 para CR\$ 768,00, nos principais centros urbanos. O aumento no salário mínimo é considerado insuficiente para recompor a grande perda sofrida pelos salários desde o último reajuste no ano passado, tendo em vista o violento aumento dos preços dos artigos de primeira necessidade, transportes e alugueis. "O aumento dos salários ajudou muito pouco", é a opinião da maioria dos que dependem do salário mínimo e mesmo daqueles que, ganhando mais do que o mínimo, sentem que com o que ganham dá para comprar menos.

— "A gente sempre fica contente com o aumento, mas logo vem a tristeza quando se vai comprar. Não dá para aumentar em nada do que se comprava antes. Nem mesmo para um cafezinho a mais com o preço que está" - se queixa João Dias, trabalhador de construção civil.

DONAS DE CASA

As donas de casa, que vão diariamente à feira e ao supermercado reclamam que voltam para casa com as bolsas sempre mais vazias, isto é, compram menos e gastam mais. Tudo isso porque os preços sobem constantemente, enquanto que os salários que recebem seus maridos, ou o salário do casal, não são suficientes para cobrir as despesas, ou seja, os aumentos anuais não dão para manter o nível de compra necessária, obrigando-as, frente à alta constante do custo de vida, a diminuir sempre alguma coisa no final do mês.

As queixas mais frequentes referem-se aos aumentos do feijão, para as pessoas de renda mais baixa, e dos produtos de limpeza e café para as de renda média. O aumento do preço do café parece ter sido o que mais sensibilizou a população; um aumento superior a 200%; duas vezes, portanto, o preço que estava. O café é um hábito comum a todas as camadas da população brasileira. Muitas vezes as camadas de menor renda, o tem como única bebida acessível, já que o leite sempre foi muito caro para o trabalhador. E tudo isso, porque nas décadas passadas o governo incentivou o consumo do café através da manutenção de seu baixo preço, para equilibrar a oferta do produto, então muito grande. Hoje, o governo quer exportar mais café, porque os preços no mercado internacional estão muito altos, e, para isso, procura diminuir o consumo interno, através do aumento exorbitante do seu preço.

E o povo? Este que muda seus hábitos e deixa o café para o estrangeiro. Dona Maria Santana, dona de casa, é realista: "o negócio é a gente passar a tomar chá. Café não dá. Está uma loucura. E olhe, não é que meu marido ganhe muito pouco. Mas a CR\$ 45,00 o quilo de café não dá. A gente tem muitas outras despesas, temos o colégio dos filhos, o aluguel está caro, tudo. Não sei onde vamos parar".



O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Economico - DIEESE - é uma das entidades que vem pesquisando a queda do poder aquisitivo do trabalhador. Por exemplo, se um trabalhador gastava 7 horas e 8 minutos de trabalho em 1975, para comprar 4 quilos e meios de feijão, hoje deve trabalhar 21 horas e quinze minutos para comprar a mesma quantidade. Assim acontece com arroz, batata, com o tomate e outros alimentos. Então, embora ganhando mais, o trabalhador compra menos e portanto come menos. Manuel de Oliveira, operário, diz em tom amargo: "o salário aumenta mas lá em casa o prato fica cada dia mais vazio".

O salário, segundo o DIEESE, para recuperar o mesmo poder de compra de 1959, deveria ser de CR\$ 1.818,47 - portanto, duas vezes o atual. Só assim daria para satisfazer as necessidades mínimas do trabalhador e sua família. Não atendendo tais necessidades, surgem as consequências: o aumento das doenças, mortalidade infantil, subnutrição.

Porque o governo não decretou o salário mínimo calculado pelo DIEESE? Para o ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, não poderia ser dado um salário mínimo de CR\$ 1.800,00, conforme mostraram alguns levantamentos. Explicou ele que os níveis salariais aprovados estão bem acima do crescimento do custo de vida e garantem a manutenção do poder aquisitivo do trabalhador. Segundo o jornal O ESTADO DE S. PAULO de 30 de abril de 1976, o objetivo do governo é chegar ao **salário mínimo real**. Mas isso só poderá ser feito por etapas pois seria fácil decretar um salário elevado se isso não representasse um ônus insuportável para as empresas e não se constituísse em fonte inflacionária. A declaração do ministro da Fazenda é apoiada pelos ministros das de-

mais áreas. De acordo com o ministro Nascimento e Silva, da Previdência Social, a atualização do salário mínimo foi dada em termos de expressão real, pois um aumento exagerado poderia produzir efeitos negativos junto à classe trabalhadora, ocasionando inclusive o desemprego. Por sua vez, o ministro do Trabalho, Arnaldo Pietro, mostra que o governo buscou oferecer ao trabalhador "o máximo de salário com o mínimo de inflação".

Entretanto para o sociólogo e jornalista Moniz Bandeira "o salário mínimo nunca foi fator de inflação. Segundo o sociólogo, um dos maiores fatores de inflação é o DEFICIT da balança de pagamentos. Por outro lado, Walter Borelli - diretor do DIEESE - afirma: "de todos os fatores de custo, os aumentos salariais são os únicos que se encontram sob controle governamental, mesmo assim, a inflação continua subindo". Em entrevista para o BM, o articulista econômico do Jornal da Tarde, Marco Antonio Rocha disse que com o aumento do salário - que segundo ele também não é fator de inflação - haveria uma pressão sobre o consumo de alimentos, pois quem ganha pouco, quando ganhar alguma coisa a mais tratará de comer melhor. E que eventualmente no Brasil, há um excesso de produção de gêneros alimentícios.

Isso fica claro, pois o Brasil exporta gêneros alimentícios. "Na verdade, conclui Marco Antonio, não haveria alterações nos preços, pois existe um excedente". A exportação de alimentos pode revelar aparentemente que há sobra que o consumidor não quer; mas é o contrário: o salário mínimo tem que ser mantido nos níveis atuais para que os brasileiros não possam comprar o necessário para sua subsistência e manter através da fome e subnutrição a balança comercial do Brasil.

Novo salário mínimo no Brasil

MAIO/76

Maranhão- Piauí -Ceará - Paraíba- Rio Grande do Norte - Alagoas- Sergipe- Região da Bahia	Cr\$ 544,80
Acre - Amazonas- Rondonia- Roraima - Pará- Amapá - Pernambuco- Região da Bahia - Mato Grosso- Goiás	Cr\$ 602,40
Espírito Santo - Paraná- Santa Catarina	Cr\$ 655,20
Paraná - Santa Catarina- Rio Grande do Sul	Cr\$ 712,80
Minas Gerais - Rio de Janeiro- São Paulo	Cr\$ 768,00

Como anda a vida do motorista de táxi?

BM entrevistou um profissional da categoria sobre seu cotidiano:

"Este pessoal (se referindo a um trabalhador de posto de gasolina) trabalha doze horas por dia e recebe um pouco mais que salário mínimo, não ganha hora extra e trabalha sábados e domingos.

- Será que conseguem sobreviver com isto que ganham?

Claro que não, pois prá comprar feijão, arroz, café, remédios, condução, pagar aluguel de casa, só por milagre mesmo. Quem é que com salário mínimo, pode tomar café pelo preço que está? Quem é que pode usar o metrô prá ir pro trabalho? Geralmente os trabalhadores moram longe. Tem uns que precisam até tomar três conduções. Veja, como é que um sujeito pode sustentar uma família com esses Cr\$ 768,00? O salário sobe, mas o custo de vida sobe três vezes mais. Acho que esse aumento não adiantou coisa nenhuma. O sujeito quando recebe o primeiro mês de salário com aumento até fica contente, pensa que vai poder comprar mais comida, uns metros de pano prá fazer uma roupa. Pura ilusão...

- Você ganhou salário mínimo?

Já. Por isso sei como é duro. Trabalhava como office-boy e tinha que sustentar minha família. Gente pobre fica doente com mais facilidade, porque come mal trabalha muito e mal dorme. Sempre aparece remédio para comprar. Quando ganhava salário mínimo, tinha que me virar. Às vezes tinha um serviço prá fazer com urgência e eu recebia dinheiro prá ir de táxi. Ia de ônibus e na volta vinha a pé. Ficava com o dinheiro. Às vezes ganhava gorjeta. Mesmo no ano passado, quando já ganhava 1.500,00 trabalhando numa firma, não conseguia acabar o mês com dinheiro. Sempre tinha que apelar, emprestando e sempre ficando devendo. Tentei alugar uma casa pequena num bairro bem distante, próximo de uma favela, num verdadeiro buraco. Queriam 750,00 pelo aluguel.

Acho que se o Presidente congelasse os preços das mercadorias, então o aumento podia adiantar um pouco. Porque não fazem, não sei. O que sei é que as favelas aumentavam cada vez mais, exatamente porque o sujeito não consegue nem ter dinheiro para chegar no trabalho. Favelado é o sujeito que ganha salário mínimo e tem que sustentar uma família. Acho que não devia nem existir salário mínimo.

- A senhora já foi alguma vez numa favela? Vá lá e veja a consequência de quem tem que depender desse dinheiro prá viver.

Cada vez que aumenta a gasolina, aumenta tudo. Nestes últimos seis meses, já teve uns seis aumentos de preço da gasolina. Cada vez que aumenta, tudo sobe, mas, o salário só sobe uma vez por ano. Como trabalho em levantamento de favelas, prá uma instituição de caridade, sei que cresce dia a dia o número de pessoas que procuram levantar seus barracos prá poder morar. O prefeito acaba com uma favela, num lugar, todo o pessoal se manda prá levantar seus barracos noutro lugar. SÃO PAULO CRESCE, MAS A MISÉRIA TAM-BÉM.

O que você pensa do feminismo, Sartre?

A pergunta é de Simone de Beauvoir. É uma das muitas questões em torno da questão da opressão da mulher que Ele e Ela - dois dos pensadores mais importantes de nossa época discutem longamente no próximo número de VERSUS, o quarto, que sai na última semana de maio. Neste número, reportagens e artigos sobre os índios brasileiros, a guerra do Contestado, a Vida cotidiana no Chile de Pinochet, a Nicarágua, Batata, um rapaz paulista que tentou o suicídio por amor ao Coríntios.

Censura na arte = mentira

Dramaturga das mais conhecidas nacionalmente - suas peças geralmente dão ênfase a situação da mulher e sua colocação na sociedade - Leilah Assumpção também já foi manequim profissional. E sobre essas duas vivências ela conta, revivendo, revendo. Dos tempos de passarela, Leilah fala pouco. Mas como intelectual - e mulher - ela tem muito a dizer.

Ela é conhecida como a manequim que virou dramaturga, mas diz que essa não é a imagem certa. "Escrevo desde criança, o mais certo é a dramaturga que sempre desfilou". É Leilah Assumpção, que se cansou das passarelas e das plumas há alguns anos, e partiu para um grande sucesso no teatro.

Leilah nasceu no interior de São Paulo, Botucatu, o pai é professor e a mãe era escritora. Leilah aprendeu a ler num livro didático de sua mãe, onde ela era a personagem principal. Na adolescência, foi campeã de voley, basquete e natação, e participou de jogos regionais. Quando mudou para São Paulo, estudante de filosofia, não tinha idéias de profissão a seguir. Também nunca pensou em casar e ter filhos como meta de vida.

A PASSARELA

Leilah começou a escrever peças a partir de um curso de interpretação de Eugenio Kusnet, na Oficina. "Ao mesmo tempo, estudava desenho de publicidade e até aí, nunca tinha pensado em ganhar dinheiro com as minhas coisas escritas".

Trabalhou como atriz em duas peças - Vereda da Salvação e Ópera dos Três Vinténs - e depois um mês como desenhista de modas na Madame Boriska. "Foi o pior mês da minha vida - diz ela - a primeira vez em que trabalhei com horário, cartão de ponto, essas coisas terríveis para mim, que sou completamente desorganizada e sem hora".

Foi quando conheceu Denner, que a lançou como manequim; "Eu fui uma adolescente desengonçada, magra e com nariz grande, numa época em que o sucesso era mulher bem dotada. E para mim foi importante ser manequim e todo mundo me achar maravilhosa, porque esgotei na passarela todo o meu narcisismo".

Ganhando bem e trabalhando pouco, Leilah teve tempo para escrever três peças: "Vejo um vulto na janela, me acudam que eu sou donzela", sobre os anos de faculdade, (não enviada para a censura); A feira, sobre os anos de manequim, proibida pela censura em 1970 e Fala baixo senão eu grito, montada com sucesso desde 64, sem sair de cartaz até hoje.

Em 71, Jorginho o Machão foi sucesso em São Paulo. Leilah foi para a Europa, depois de ganhar muitos prêmios com Fala Baixo, e voltou ao fim de dois anos.

A CENSURA

Em 73, Leilah montou "Amanhã, Amélia, de manhã", proibida um dia antes da estréia. Depois, a peça foi liberada pela metade". Quando acontece isso é horrível, porque a peça fica sem sentido. Eu não pude impedir a montagem, porque a produção não era minha. Então, peguei a personagem Amélia e escrevi a Roda cor de Roda, que também foi proibida".

Enquanto vivia em contacto com a censura para a liberação da peça, escreveu dois especiais para a Globo, Reviravolta, com Betty Mendes, e Marcos Paulo, e O Remate, com Odete Lara. A Roda foi liberada depois de um ano, estreou no Teatro Itália e está há seis meses em cartaz com casa lotada.

Porque as peças de Leilah são censura-

das? "A censura diz que por ofensa a moral e bons costumes. Mas é uma incoerência da censura, porque eu critico os maus costumes. A maior parte das pessoas que não são censuradas diretamente é a favor da censura porque acham que protege a família brasileira. Mas a obra de arte não pode ser censurada porque o artista tem antenas que captam a realidade. Se você corta, está sendo mentiroso. A censura é mentirosa e chama as pessoas de imbecis. Está certo que se estabeleça um limite de idade, mas não que se proíba de ver. Sou contra a censura porque acho que o brasileiro maduro, pai e mãe de família tem condições de escolher o que ele e seus filhos devem ver. Acho o povo brasileiro inteligente, e sou contra os que o chama de imbecil".

NO REINO DE CAMAIORÁ

Leilah diz que faz sucesso porque seus temas são universais muito "de verdade". Por isso Fala Baixo fez sucesso na Bélgica.

— Você atinge a essência do ser humano quando faz coisas de verdade. Se são mentiras, não atinge nem o personagem da peça. O objetivo das coisas que faço é detonar idéias na cabeça das pessoas, fazer com que pensem. Não tenho método nem disciplina minha forma de trabalhar é caótica. Acho a criação literária incompatível com a disciplina. E sempre acontece assim, a idéia vai amadurecendo, pesquiso a minha moda, pego pessoas, jornais. Um belo dia, a peça é vomitada, acho que isso é comum aos dramaturgos da minha geração. Escrevi a Roda em uma semana e Fala Baixo em uma noite.

Sua última peça ainda não tem nome. Ela se passa num reino onde todas as mulheres só podem ter filhos do rei. Acontece que uma concebe um filho que não é do rei, e o tema é o processo e castração dessa mulher. O reino se chama Camaiorá, país fictício, no ano de 2.007.

— Eu gosto muito desta peça, que tem 23 personagens e 124 páginas. É uma visão realista do mundo, o ser humano à beira da calamidade total. O personagem principal é uma mulher negra, filha de operários, e no caso, ela é a América Latina, e o Terceiro Mundo. O filho que ela tem é o novo, a idéia nova. O final da peça tenta ser otimista, se eu não desse alguma abertura no final de minhas peças, alguma esperança, não valeria a pena escrever.

A MULHER COMO AGENTE MODIFICADOR

As peças de Leilah geralmente dão ênfase ao problema da mulher, sua colocação na sociedade a mulher procurando uma saída. E muita gente pergunta se suas peças são feministas:

— Minhas peças são muitas coisas, feministas também. Vejo o feminismo como um movimento que tenta fazer com que a mulher se conscientize de seu papel na sociedade, como um agente modificador. Ser contra esse feminismo é o mesmo que ser contra o negro, o índio, o operário. Esta última peça por exemplo, não é apenas feminista, porque uma obra de arte não pode ser rotulada. Mas já está sendo. Na Roda, acontece uma coisa rara: amante e esposa



se unirem contra o marido. Raramente as mulheres se unem, e a concorrência entre elas é a mesma que existe entre candidatas a um emprego. No caso, o marido é o empregador. A mulher é sempre concorrente da outra no casamento. Nas classes mais baixas é emprego e casamento, e na alta, o casamento é o grande emprego. Isto gera desunião. A mulher sempre fica do lado do patrão, não tem consciência de classe e de sexo. Com tudo isso, ela se torna o grande alvo do consumo, é a que mais consome.

MODELANDO CABEÇA E CORPO

Nos seus tempos de passarela, Leilah conheceu muitas mulheres assim. "que mo-

delavam a cabeça e o corpo para agradar o marido", importando uma estética estrangeira.

— As mulheres todas vinham me perguntar como eu fazia para conservar meu peso. E queriam ser iguais aos manequins, na maioria europeus, que tem outro tipo físico. Faziam plásticas no nariz, no busto. Eu sempre fiz pé firme, nunca quis mudar de tipo, sempre me vesti de acordo com meu corpo. E vejo todas essas mulheres seguindo a moda, qualquer que ela seja, ficam ridículas, e tudo isso é absurdo. Você tem que ter o seu corpo, assumi-lo, e tratar do que for doente. Da cabeça, por exemplo.

TATEATRO

TATEATRO - Cx. Postal, 11307 - S. Paulo

O Tateatro, banco de textos, vem funcionando em S: PAULO tendo como propostas básicas: a)- divulgar textos novos de autores nacionais - b)- facilitar o acesso a estes textos por parte dos grupos de teatro amador - c)- elaborar um estudo da dramaturgia brasileira de nossos dias. Necessita para dar continuidade ao seu trabalho mão de obra em S. Paulo para trabalhos de: leitura de textos - Classificação do material (formação de biblioteca) - coleta de material junto aos autores. Necessita ainda ter em outras partes, além de coleta de material, pessoas dispostas a montar um esquema de sucursal tanto no sentido de coleta como divulgação.

BRASIL CORREIO

BRASIL/CORREIO se propõe a ser uma seção de debates dentro do BM. As mais diversas opiniões recebidas, através de cartas, serão transcritas para apreciação de nossas leitoras e leitores. As respostas de apoio ou crítica deverão ser encaminhadas para CX.Postal 1411 Cod. Postal 86.100 Londrina. Essa colaboração é de grande importância para o jornal como forma de avaliação de nosso trabalho e fonte de indicação dos objetivos prioritários na tarefa de conscientizar e promover a participação da mulher.

Dona Genilda Firmina da Silva, do interior paraibano, fez um apelo, através de um depoimento feito a uma das integrantes da equipe responsável pelo trabalho de comunidade orientado por D. José Maria Pires, arcebispo da Paraíba. Brasil/ Correio, diante dos fatos, passa a transcrição do apelo: "Estamos voltando do mangue, dona Josefa e eu (dona Genilda Firmina da Silva). Saimos da casa às 8 horas da manhã, até agora (17.30 hrs) e o que trouxe é nada, quase nada, nem um meio kilo de amoré. Olhe aqui!

Quer dizer que amanhã vai ser um dia de fome e assim é todos os dias; uma vez melhor um pouco, outro pior ainda. Oh meu Deus não sei. Nós vivemos aqui na marra. Muita gente diz que tem medo de morrer. Eu não, porque vivo passando mal. Eu morrendo, acaba todo o sofrimento. A gente ver todos estes seis filhos passando mal e não ter o que eles precisam, dói em nossa consciência, de pai e mãe. Tenho tres filhos com idade de estudar, mas não pude botar, porque não posso comprar lápis, cadernos e bolsa. E mesmo assim, a roupa e o calçado, não posso comprar. A senhora sabe, em casa eles andam de todo o jeito, mas ir assim na escola não pode. Não é brincadeira a gente ver a crianças muitas vezes chorando com fome e nós não ter o que dar.

Para enganá-las muitas vezes nos dá farinha seca, mas mesmo o preço de farinha é 15,00 cruzeiros, por cuia e até a semana passada 20 a 25 cruzeiros; já pagamos 30 por cuia. (de novo subiu para 23 por cuia). Nós compra duas cuia por semana e não dá para tirar a semana toda. Na sexta-feira é fome mesmo. Nós não podemos comprar batata, nem macacheira, nem inhame; tudo é só com farinha. E nem temos terra para plantar. Se nós planta alguma besteira em redor da casa, as formiga devora. Também o canto não é competente para nós trabalhar.

Meu esposo se chama Benedito Gorge da Silva. Com este tempo de carestia, muitas vezes ele se abusa de nós, porque tudo é caro e nada rende. Ele tem vontade de arrumar um canto para trabalhar na agricultura, mas não foi possível ele o arrumar. Ele trabalha com destino. Só tem direito o que ganha. Também ele nem eu tem leitura que arrume um trabalho numa firma. Muito mal ele assina o nome dele e eu sou cega mesmo na leitura, mas Deus me deu compreensão. E nem é só eu com minha família, aqui em Caaporã, que sofre; são muitos, quase todos que sofrem igualmente a mim. Tem muita gente que vive morrendo a míngua e não diz o que sente.

Quando a senhora vai lá, dizem que vai bem, mas vai bem mal, já com a corda no percoço. Muita gente aqui pensa que a senhora é empregada dos papa-figo, tem medo da senhora. Eu não, eu clamo, embora, não tenho socorro

de ninguém. Na classe dos pobres todos são assim. Se tivesse pelo menos umas cinquenta pessoas pra esclarecer o que estamos sofrendo para os maiores da Nação saber o que nós aqui sofre. Eu queria que estes homens de posse dessem uma ajuda a nós. Eu mesmo tenho dois filhos que dormem em cima de umas tábuas. Não é interessante ele só saber isto, mas SOCORRER! Seu eu visse o Presidente da República em pessoa, ou falava com ele ou dizia tudo quanto sinto, para ele saber o tanto que sofre às pobreza. Eu tenho muito mas do que isto no meu pensamento. Nada mais de uma ouvinte, que nunca lhe viu e fica esperando pelo um socorro para todos nós, dos senhores. Eu quero que em nome de Deus ele nos SOCORRA!!!

Em sua publicação de Março/Abril - 76, a Folha Bancária, órgão do Sindicato dos Bancários de São Paulo, conclama a mulher desta categoria a sindicalizar-se. Reconhece, com destaque as novas dimensões que ganha o trabalho da mulher e a situa como parte integrante de "nosso cotidiano" e que portanto deve pertencer também ao quadro associativo. Visando integrar, cada vez mais bancários e bancárias na vida da categoria o Sindicato anuncia a criação do Departamento Cultural e Recreativo, com as mais diversificadas atividades: cinema, teatro, exposições, debates e simpósios e pergunta: Mas aonde estão vocês, caras colegas, que não vêm ao Sindicato?

Neste sentido, Brasil Mulher pergunta ao Sindicato: As bancárias terão condições de participar - não só das atividades recreativas e culturais como também das reivindicatórias - levando em consideração que a maioria delas executa uma dupla jornada de trabalho?

O Sindicato, segundo a notícia, realizará uma pesquisa junto à classe que determinará as atividades a serem desenvolvidas por esse novo departamento. Não seria o caso, de se questionar a bancária, sobre o tempo que disporia para as atividades sindicais?

Uma última pergunta: O salário de uma bancária permite o pagamento de uma pessoa para executar as tarefas domésticas durante sua ausência? Os bancos possuem creches?

A"pequena imprensa", a "imprensa nanica" - como é conhecida a gigantesca obra do jornalismo independente e democrático no Brasil - dá um corajoso salto adiante com Brasil Mulher. É mais uma voz que se ergue na defesa dos direitos humanos, da justiça social e da liberdade. Partindo da mulher, a iniciativa ga-



nha uma dimensão ainda maior, porque representa um salto histórico no sentido da participação feminina no processo social. A primeira forma de opressão que a sociedade humana conheceu foi a do homem sobre a mulher. Desde que o homem começou a acumular riquezas, a mulher tornou-se um bem como qualquer outro. Sua função de procriadora não lhe dava mais o direito sobre seus filhos, mas contribuía para preservação da riqueza do homem. Decorreram mais de dois mil anos desde então e somente neste século a partir da primeira revolução contra a opressão do capital, a mulher começou a readquirir seu papel dinâmico no processo social.

No nosso país, Brasil Mulher vem reunir essa força, manifestada ainda desorganizadamente e aparece como uma iniciativa concreta de repúdio à opressão em todas as suas formas. Merece o louvor de todos os brasileiros democratas".

FÁTIMA MURAD - Brasília

Parabéns pela iniciativa. Concorro com a competição da mulher, isto é, no pensamento nas idéias, na discordância com o que se nota de errado, pois o bem estar social individual, atinge também nossos filhos e maridos. Então, para o homem é bom o nosso parecer. Eu costumo dizer aqui em casa que duas mentalidades pensam melhor do que uma. Agora, não concordo com a competição da mulher no trabalho fora do lar, a não ser em profissões que podem ser exercidas sem prejuízo de suas funções de dona de casa e mãe, ou em raras ocasiões ou circunstâncias em que

seu trabalho seja necessário. Só em última alternativa.

No entanto, se a mulher, que é tão inteligente quanto o homem, quiser lutar por uma causa justa que o faça depois dos filhos criados e preparados para enfrentarem o mundo com responsabilidade e segurança, ou não constituam família, como CRISTO o fez, em prol de seu ideal que foi de deixar uma mensagem à humanidade.

O homem é livre, tanto quanto a mulher, para optar entre a liberdade de ANTES de constituir família e as "restrições" do APOS. E se ele as aceita que as cumpra sobre pena de sacrificar seus anseios justos ou não, pois ele já é então dividido com a companheira e principalmente com a prole impedindo-o de dar-se a si mesmo. Todas as suas desculpas de amadurecimento, pois todo o ser humano tem capacidade e obrigação de se adaptar com as circunstâncias vindas, boas ou más, quanto mais procuradas por ele mesmo.

YARA NAVARRO ORTHEY - Peruipe - SP

Meninas, o seu jornal está uma flor. Espero que logo se torne um jardim. Se não chegar a isto não faz mal, porque a flor, em sua vida efêmera, já cumpriu a sua missão de contribuir para a Verdade Universal, e sendo assim não morre. Eu, como porco-chovista, não esperava um jornal desse porte, feito por mulheres brasileiras. Envie o Brasil Mulher pelo sistema que preferirem e joguem um papo de assinaturas coisa e tal pra cima de mim. Gostaria que algumas de vocês escrevessem pessoalmente para transar um papo, descolar idéias. Tá,

eu sei que vocês não têm tempo. Mas e daí? O tempo tem a todos e ninguém o tem. É importante abrir o olho já, porque um passo em falso pode ser pequeno, mas a queda pode ser longa, mamãe me disse. Assim, parafraseando, o "Millôr", longa vida a este Brasil Mulher. No entanto, antes pereça, se suas águas buscarem outros caminhos que não os do mar. Tá?

CIRO BIGGI ASSIS - São Paulo

Li atentamente o BM nº 0. Gostei da página sobre anistia. Sou a favor da liberdade de imprensa com a qual pode-se desmascarar abusos que certos políticos fazem usando de suas atribuições ou privilégios. Havendo oposição há competição, resultando aprimoramento. Quanto à emancipação da mulher, é delicado opinar. Não sei onde querem chegar as feministas. Emancipá-las no que? Na instrução? Ótimo.

Nada melhor que uma dona de casa médica acudindo os seus, ou uma advogada defendendo seus direitos e os da família. Emancipação no campo de trabalho? A natureza especificou claramente a função da mulher e do homem. O homem, assumindo a responsabilidade dos ganhos, estimulado pela tranquilidade de um lar bem dirigido, por uma mulher dedicada integralmente aos afazeres que a absorvem totalmente. As deficiências dos filhos devem ficar sob a vigilância atenta da mãe, e no caso da necessidade de uma correção no comportamento dos filhos, o homem só entra em última instância como recurso.

A mulher tem sob os ombros uma tarefa difícil, confiada inteiramente a ela que é a entrega dos futuros homens do amanhã. Prefiro entregar à sociedade um homem responsável, de bem, e uma mulher que amanhã responderá pelos seus atos e assumirá a responsabilidade da criação dos filhos, aceitando os defeitos e virtudes do homem que escolher para constituir sua família.

Sou filha de motorneiro de bonde vinda de um lar modestíssimo, mas tranquilo, com uma mãe sempre atendendo as minhas necessidades. Na política, ciência ou sociedade, como companheira, a mulher também pode contribuir muito apoiando, incentivando o homem nos seus nobres propósitos, ajudando-o e não competindo, moldando, quando preciso, o seu caráter e suas diretrizes, com tática, sutileza e persuasão, para uma perfeição cada vez maior. Às vezes, é na retaguarda ou na "sombra" do homem, que a mulher pode projetar-se para uma vida coletiva melhor. Parabéns jornal Brasil Mulher, pois qualquer movimento sempre deixa um saldo credor positivo. Peço-lhes o obséquio de mandar-me o seu jornal.

EDITH DA COSTA NAVARRO - Peruipe - SP